

CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃOSAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA DOCARMO RODRIGUES DA SILVA

**“QUERO CARINHO QUE NÃO CONSTRANGE” O IMPACTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES OBSERVADOS POR MEIO DO
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
BARBALHA - CE**

Juazeiro do Norte – CE
2019

MARIA DOCARMO RODRIGUES DA SILVA

**“QUERO CARINHO QUE NÃO CONSTRANGE” O IMPACTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES OBSERVADOS POR MEIO DO
CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM
BARBALHA - CE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio.

Orientadora: Prof.^a Esp. Jácsa Vieira de Caldas.

MARIA DOCARMO RODRIGUES DA SILVA

“QUERO CARINHO QUE NÃO CONSTRANGE” O IMPACTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES OBSERVADOS POR MEIO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM BARBALHA - CE

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Prof.^a Esp. Jácса Vieira de Caldas

Apresentada em ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Esp. Jácса Vieira de Caldas.

Orientadora

Prof. Ms. Sheyla Alves Dias

1º Examinador

Prof. Esp. Jamille de Lima Vieira

2º Examinador

Dedico este trabalho aos meus pais, a eles devo o incentivo de realizar o sonho do ingresso à faculdade e a tão desejada formatura, aos meus irmãos por serem meu porto seguro durante a caminhada, e aos meus avós que sempre estiverem junto de mim e dos meus pais nos ajudando, no geral a toda minha família, pois sem dúvida são minha base. Vocês são a razão do meu viver.

“A desumanização, embora seja um fato histórico concreto, não é um destino dado, mas o resultado de uma ordem injusta que gera violência nos opressores, o que, por sua vez, desumaniza os oprimidos.”

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por esta sempre me dando discernimento e força, por muitas vezes ter pensado em desistir, pois foram muitas as dificuldades e obstáculos existente, e nesses momento foi quando senti fortemente a presença de Deus ao meu lado e assim iluminada pelo divino espirito santo pude continuar na caminhada e não desistir.

Aos meus pais, Maria Silva e Jose Bonifácio, por serem minha base, meu porto seguro, a cada momento me incentivando e me dando força, sendo meu abrigo nos dias difíceis, por me acolher quando eu mais precisei, e foram eles que me mostraram, que eu seria capaz de realizar o nosso sonho, a frase que jamais irei esquecer “Estamos todos aqui minha filha, orando e pedindo a Deus que ele faça o melhor na tua vida, porque sem dúvida você merece, estamos com saudades, amamos você”, a eles serei eternamente Grata.

Aos meus avós maternos (Mae e Pai) Maria Ana e Carlos Jose, que junto com meus pais estiveram sempre ao meu lado, e que nunca deixaram de rezar por mim, em todas as ligações conseguiam me fortalecer na caminhada.

A minha avó paterna Zulmira, que me abraçou forte todas as vezes que nos vimos, e sempre esteve rezando e torcendo pelo meu sucesso.

À meus amados irmãos, Marissa, Emanuelle, Ana Sophia, Marina e Emanuel, mesmo sendo tão novos me fez seguir firme na caminhada, onde cada foto, ligação ou áudio recebido arrancava de mim uma lagrima, e não posso esquecer de Marina, que em cada ligação dizia: Kaká, fica com Deus e nossa senhora, sem dúvida cada vez me fez ser perseverante, pois assim como falei quando vim morar longe de casa, “estou aqui por vocês e para vocês”.

As minhas queridas tias, tios, madrinhas e padrinhos, sou grata por sempre estarem ao meu lado e por serem tão unidos em família diante das situações e muitas dessas onde eu não pude está presente, gratidão!

Em especial a um ser tão incrível que em tão pouco tempo se fez tão presente e foi de grande significância para os dias tão difíceis que enfrentei, um ser de muita luz, que conseguiu em meio a tanta turbulência me fez seguir com leveza pois segundo ele, “se avexe não”, se Deus quiser tudo dará certo, obrigada por existir na minha vida, serei eternamente grata por tudo que fez por mim.

Ao meu amigo (Chatinho) Max, que me fez acreditar que eu era capaz de conseguir conquistar todos os meus sonhos, e que eu era maior que meus medos, me ensinou a acreditar em mim mesma, rezo sempre e agradeço o dom da tua vida, obrigada meu amigo.

Aos meus amigos que a vida me deu, aqueles que eu conquistei durante a graduação e

no ambiente de trabalho obrigada por sempre terem me dado força e acreditar na minha capacidade, que muitas vezes eu não conseguia enxergar que eu seria capaz.

Aos meus amigos Samia e Adalberto, que se tornaram como uma família pra mim, foram dias de muitas lágrimas derramadas e noites sem dormir com as semanas de provas, mas dias de muitas conquistas juntos e até mesmo depois de casados conseguem se fazer presentes na minha vida, obrigado por serem do jeitinho que vocês são, jamais esquecerei o que fizeram e fazem por mim.

As minhas amigas, Rafa, Fabyula e Heloisa, por nunca terem soltado minha mão desde o primeiro semestre da graduação, onde posso afirmar que são as amigas irmãs que a vida me deu.

À minha orientadora, Jácsa Vieira de Caldas! O ser de luz, e uma profissional de muita competência que compreendeu cada momento e respeitou minhas limitações. Não tenho palavras para agradecer toda a atenção e carinho. Por isso eu rezo todos os dias e agradeço a Deus o dom da tua vida, e oro pra nunca deixe se ser quem tu és, pois o mundo precisa vê seu brilho por onde você passar, e claro apreciar seu sorriso encantador, serei eternamente grata por tudo.

Aos profissionais do CREAS de Barbalha que aceitaram participar da pesquisa, pela disponibilidade com que me receberam e pela confiança que demonstraram durante as entrevistas;

Aos meus professores por compartilharem o conhecimento, sendo os degraus para que eu alcançasse a formação, sem eles não seria possível tamanha realização.

À banca examinadora que, certamente, contribuirá com este trabalho.

E a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Gratidão!

RESUMO

O trabalho monográfico em questão constitui-se mediante investigação com base no tema: “Violência sexual contra crianças e adolescentes”, neste sentido particulariza-se em razão do objetivo geral desse trabalho, que busca analisar o impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes observados por meio do CREAS em Barbalha-CE, procurando conhecer o processo histórico que permeia essa construção de direitos em defesa da criança e do adolescente, com isso buscando compreender o papel da família na garantia dos direitos da criança e do adolescente, e assim apresentando como se configura a atuação do serviço social as famílias das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, que busca através deste desenvolver tópicos que caracterizem os aspectos deste fenômeno, desde o seu processo histórico até as mínimas e grandiosas conquistas alcançadas ao longo do mesmo, onde retrata a importância da proteção integral, e abordando as diferentes formas de violência e os aspectos que influenciam para que tal ato aconteça, em seguida retrata a violência sexual contra crianças e adolescentes praticas no âmbito intrafamiliar e como o patriarcado é o fortalecedor do ciclo da violência, onde é dos fenômenos para que a cultura da violência faça com que a família seja perpetuadora do ciclo do silêncio, este foi possível através dos procedimentos metodológicos da pesquisa que foram sistematizados em método qualitativo, pesquisa bibliográfica e de campo, onde através dos dados coletados em campo atribuiu-se significados à respectiva realidade, embasado em literaturas já publicadas, esta ocorreu entre o dia 14 e 20 de novembro do corrente ano, e foi aplicada à equipe multidisciplinar do CREAS em Barbalha-CE, tendo como instrumento de coleta de dados a entrevista. Após a realização da pesquisa os resultados afirmam a necessidade de amplas discussões sobre as Políticas Públicas enquanto responsáveis pela garantia de direitos do público em questão, sendo preciso que as intervenções profissionais ocorram como forma de viabilizar essa garantia de direitos, bem como, esse acesso às Políticas Públicas.

Palavras chaves: Violência. Sexual. Crianças. Adolescentes.

ABSTRACT

The monographic work in question is constituted by research based on the theme: “Sexual violence against children and adolescents”, in this sense is particularized due to the general objective of this work, which seeks to analyze the impact of sexual violence against children and adolescents observed. CREAS in Barbalha - CE, seeking to know the historical process that permeates this construction of rights in defense of children and adolescents, thereby seeking to understand the role of the family in guaranteeing the rights of children and adolescents, and thus presenting as It is configured the performance of the social service the families of children and adolescents victims of sexual violence, which seeks through this to develop topics that characterize the aspects of this phenomenon, from its historical process to the minimum and grand achievements achieved throughout it, where it portrays the importance of integral protection, and addressing the different but of violence and the aspects that influence for such an act to happen, then portrays sexual violence against children and adolescents practices within the family and how patriarchy is the strengthening of the cycle of violence, where it is the phenomena for the culture of violence. make the family perpetuating the cycle of silence, this was made possible through the methodological procedures of the research that were systematized in qualitative method, bibliographic and field research, where through the data collected in the field was attributed meanings to their reality, based In published literature, this occurred between November 14 and 20 of this year, and was applied to the CREAS multidisciplinary team in Barbalha - CE, using the interview as a data collection instrument. After conducting the research, the results affirm the need for broad discussions on Public Policies as responsible for guaranteeing the rights of the public in question, and professional interventions need to occur as a way of enabling this guarantee of rights, as well as this access to Public policy.

Keywords: Violence. Sexual. Children. Teens;

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos

SUAS – Sistema único de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM I: Fluxograma 01 da 1ª Vara da Infância e Juventude do Distrito Federal... 36

LISTA DE GRÁFICOS

Quadro I – Gênero - Número de profissionais entrevistados segundo o gênero.....	55
Quadro II – Idade - Número de profissionais entrevistados segundo faixa etária.....	55
Quadro III – Grau de Instrução - Número de profissionais entrevistados segundo grau de instrução.....	55
Quadro IV – Área e Tempo de Formação - Número de profissionais entrevistados segundo o gênero.....	55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – DISCUSSÃO SOBRE A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL.....	16
1.1 HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988	16
1.2 FAMÍLIA: HISTÓRIA E CONCEITOS	21
CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO	31
2.1. VIOLÊNCIA PRATICADAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR	32
2.2 PATRIARCADO COMO FORTALECEDOR DO CICLO DA VIOLÊNCIA	36
2.3 A CULTURA DA VIOLÊNCIA E A FAMÍLIA COMO PERPETUADORA DO CICLO DO SILÊNCIO	42
CAPÍTULO III – ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: FOMENTANDO A ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEFESA DA GARANTIA DE DIREITOS A CRIANÇA E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL	46
3.1. ENFOQUE DO PROCESSO DE PESQUISA: RECURSO METOLÓGICO	46
3.2. UMA VIAGEM MUSICAL E POÉTICA PARA ESTUDAR A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	49
3.3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS: UM ESTUDO JUNTO A REDE DE PROTEÇÃO E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS PARA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NO CREAS BARBALHA - CE	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICE (S).....	70

INTRODUÇÃO

O referido trabalho, trata do processo histórico da História da construção dos direitos da criança e do adolescente pós constituição de 1988, onde após esse processo a prevenção e proteção de crianças e adolescentes, no que diz respeito à violência sexual, evoluiu bastante, sobretudo no período pós Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e trabalhando também os fenômenos que contribuem para evolução da legislação concernente a esta temática.

Contudo, sabemos que mesmo diante de toda a conquista de direitos e de políticas públicas vigentes existe ainda a necessidade de melhorias quando se trata de atendimentos e proteção as vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes, onde são muitas as lacunas que permeiam esse contexto social, que mesmo diante das diversas políticas, podemos afirmar que de fato não temos leis que são de fatos efetivas para com essas vítimas de violência sexual.

A escolha em investigar sobre o referido tema surgiu através da realização do Estágio Supervisionado I e II em serviço social no Hospital Regional do Cariri, localizado no Sul do Ceará, no município de Juazeiro do Norte-CE, sendo possível perceber dentro do contexto da saúde, a existência constante de violação de direitos e a efervescência no índice de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes que é constatado nos municípios atendidos pelo referido equipamento, e após ser feito uma visita institucional ao CREAS de Barbalha/CE, instigando assim o interesse em analisar como acontecia de fato as intervenções dos profissionais diante das demandas recebidas.

Dessa forma, temos como objetivo geral analisar o impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes observados por meio do centro de Referência Especializado de Assistência Social em Barbalha/CE. Além disso, buscamos compreender o funcionamento, bem como identificar suas dificuldades para o desenvolvimento de suas ações.

Posteriormente, o trabalho possui três capítulos, além das considerações finais. O capítulo que segue o percurso histórico para construção de direitos pós constituição de 1988, para garantia de direitos de crianças de adolescentes, além de órgãos que os compõem, como CREAS e Conselho Tutelar, trazendo a conquista de direitos e respostas positivas quando se trata de criança e adolescentes, ressaltando assim a responsabilização de cada indivíduo para a efetivação de direitos e proteção à criança e adolescentes inseridos na sociedade de forma digna.

Em seguida trabalhando também a relação família e sociedade, abordando também a importância no que diz respeito a proteção integral da criança e do adolescente enfatizando o dever da família em primeira instância como garantidores de direitos, e com isso tratando também os diferentes modelos de famílias e seus conceitos.

Logo após, faz-se uma abordagem retratando das diferentes formas de violência e os aspectos que influenciam para que tal ato aconteça, trazendo também a importância no que diz respeito a proteção integral da criança e do adolescente.

Abordou-se a violência sexual contra crianças e adolescentes praticadas no âmbito intrafamiliar e com isso refletindo sobre a violação de direito, onde em primeira instância deveria ser garantidor de direito, onde iremos tratar como acontece essa violação de direitos, direito esse que deveria ser em primeira instância garantidos no âmbito familiar.

Tratando também a questão do patriarcado como fortalecedor do ciclo da violência, onde iremos tratar dos diversos fenômenos que influenciam para o mesmo se perpetue, apontando o contexto histórico cultural e socialmente construído em que a construção de gêneros contribui cada vez mais para o aumento da desigualdade entre homens e mulheres.

E assim trazendo a cultura da violência e a família como perpetuadora do ciclo do silêncio, tratando de como essa violência se configura e como esse silêncio passa existir tratando de como essa violência se configura e do silêncio que se instala nas famílias, até mesmo quando os casos são no contexto família.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, realizada a partir de levantamento bibliográfico e feito um estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos uma entrevista semiestruturada, aplicada no CREAS de Barbalha/CE, onde tivemos como sujeitos quatro profissionais da equipe de referência do referido CREAS, representado por dois assistentes sociais e dois psicólogos.

No que diz respeito aos principais autores utilizados no texto Ariés (1981) por abordar a história social da criança e da família, Moreira (2013), se refere ainda à família como violadora e a existência da violência sexual intrafamiliar, destacando que nem sempre as famílias são instituições sagradas e passivas de conflitos, Saffiotio (1987), onde vem trazer poder do macho com relação as mulheres, fazendo assim com que as mesmas sejam submissas, e assim muitas vezes é um fato que acarreta os casos de violência sexual dentro do âmbito intrafamiliar, e com isso Queiróz (2001) vem contribuir trazendo a violência sexual pode ser evidenciada de várias formas e apresentar-

se em muitas maneiras diferenciadas de expressão, como: estupro, incesto, atentado violento ao pudor, de acordo com a conceituação jurídica.

Por fim, discorreremos sobre o percurso metodológico da pesquisa e apresentamos a discussão sobre a análise dos dados coletados na pesquisa, faremos uma viagem musical e poética para estudar a violência sexual contra crianças e adolescentes. E assim faremos uma descrição e análise de dados, através do estudo um estudo junto a rede de proteção e o sistema de garantia de direitos para efetivação da política de atendimento especializado no CREAS Barbalha/CE.

CAPÍTULO I – DISCUSSÃO SOBRE A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL

Este capítulo apresenta uma abordagem acerca de questões inerentes ao percurso histórico da construção dos direitos da criança e do adolescente e o que dizem respeito a vítimas de violência sexual. Sendo assim, apontaremos marcos que, de fato, são importantes para o entendimento da evolução da legislação concernente a esta temática.

No primeiro momento aponta-se o contexto histórico da construção de direitos da criança e do adolescente pós constituição de 1988, onde aconteceram conquista de direitos e respostas positivas quando se trata de criança e adolescentes, ressaltando assim a responsabilização de cada indivíduo para a efetivação de direitos e proteção à criança e adolescentes inseridos na sociedade de forma digna.

Em seguida, retratou a importância da proteção integral à criança e adolescente e como o ECA vem trazer uma nova visão quando se trata de criança e adolescente, enfatizando o dever da família em primeira instância como garantidores de direitos, e com isso tratando também os diferentes modelos de famílias e seus conceitos.

Por último, faz-se uma abordagem das diferentes formas de violência e os aspectos que influenciam para que tal ato aconteça, trazendo também a importância no que diz respeito a proteção integral da criança e do adolescente.

1.1 HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE PÓS CONSTITUIÇÃO DE 1988

Abordar acerca do processo histórico sobre a construção dos direitos da criança e do adolescente, não é tarefa fácil. Entretanto, pode-se afirmar que ao longo dos anos ocorreram

algumas mudanças positivas que contribuíram para o reconhecimento dos mesmos enquanto detentores de direitos e conseqüentemente cidadãos.

Sendo assim, faz-se necessário realizar um breve histórico a fim de que se entenda melhor sobre a temática que perpassou por várias etapas da história até os dias atuais, contudo, faz-se neste momento, um recorte histórico a partir do maior marco democrático da sociedade brasileira.

Para entender melhor o grande marco da Constituição Federal de 1988 para a infância juventude brasileira, é fundamental compreender um pouco do passado, podendo este ser exposto por Ariés (1981) enquanto autor que descreve muito bem a história da infância ressaltando que na idade média por muito tempo nas classes populares, as crianças misturavam-se com os adultos assim que eram considerados capazes de dispensar a ajuda das mães ou com aproximadamente sete anos de idade. Neste momento, estes ingressavam imediatamente comunidade dos homens, ou melhor, dos adultos participando com seus amigos jovens ou velhos dos trabalhos e dos jogos de todos os dias.

Diante das colocações expostas pelo autor supracitado, verifica-se que as crianças, após completarem sete anos de idade, ou ao demonstrarem não necessitarem mais da mãe para suas necessidades básicas, adentrava no mundo dos adultos e por consequência também era submetido a desempenhar as mesmas atividades, no que se refere ao jogo e às atividades laborais.

Era perceptível que não havia se quer a preocupação da família por ser uma questão culturalmente construída, muito menos do Estado, que não intervia se quer como forma de reduzir os prejuízos referentes a idade e condição de vida. Por isso, os primeiros a intervirem nessas condições foi igreja através de ações religiosas e somente posteriormente o Estado veio demonstrar preocupação, porém de maneira segregada e conservadora, exposta por Rizzini (1997), ao enfatizar que o trato do Estado com a infância só aparece a partir do século XIX, estabelecendo que as primeiras medidas foram destinadas a infância pobre, porém de maneira excludente deixando os escravos e as meninas a mercê.

Ao perpassar por esta fase de atuação mínima, excludente e seletista, o Estado estabelecia sua atenção apenas as crianças pobres, sem atender aos menos favorecidos e mais fragilizados como: meninas e escravos. Assumindo esse posicionamento muito após a igreja realizar suas primeiras intervenções religiosas junto à causa.

Por isso, diante de todo este complexo contexto que permeia a história da infância e juventude no Brasil, a Constituição surge como grande marco, pois significa a maior de todas as investidas do Estado na causa. Para Neto (2012) através da Constituição os direitos

humanos também ganharam importância nunca antes verificada. A atual Constituição Federal, mesmo após 30 anos é muito avançada em direitos sociais e civis, e, também, de forma consciente, protege os direitos políticos democráticos ante qualquer interferência autoritária.

Esta construção passou a ganhar de fato um novo conceito a partir da Consolidação da Constituição Federal de 1988, que trouxe significantes avanços para a sociedade brasileira, e no que remete a consolidação de direitos sociais, civis e políticos. Nesse contexto, é importante dizer que esta foi resultado de uma forte luta social na década de 1980 que especialmente com o fim do regime militar, fortaleceu os Movimentos Sociais.

A Constituição Federal de 1988, nada mais é do que uma nova roupagem dada a Constituição de 1967, mas, uma roupagem democrática, pautada na materialização de direitos realmente requisitados pelo povo, visando à construção de um novo paradigma, na consolidação principalmente de direitos sociais antes inexistentes.

Com a Constituição Federal de 1988, crianças e adolescentes conquistaram a cidadania e como um dos principais avanços consolidados, ganharam o direito à proteção que não existia anteriormente. A partir de 1988, a proteção e os cuidados às crianças e aos adolescentes tornam-se responsabilidade da Família, da Sociedade e do Estado. Conforme descrito em seu Art.227:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.128)

O que se entende é a família, o Estado e a Sociedade que por muito tempo foram omissas a proteção e aos cuidados à criança e ao adolescente tornam-se agora peças primordiais na luta para que este direito seja garantido e a referida Lei efetivada. Além dos direitos estabelecidos mediante a sua faixa-etária, atribui-se aos mesmos a condição de público prioritário.

Ao citar a família enquanto primeira instância nesta proteção imagina-se a mesma como base de qualquer ser humano, principalmente quando se trata da relação de dependência entre crianças e adolescente e seus pais e/ou responsáveis. Essa dependência vai permear desde as questões alimentícias até a formação do sujeito.

Por isso, ao ler um pouco sobre Sarti (2010) visualiza-se que o autor faz sua definição de família em torno de um eixo moral. Onde suas relações sociológicas são estruturadas e traçadas conforme o princípio da obrigação. Obrigações morais recíprocas são o que definem

a pertinência ao grupo familiar.

Outro detalhe não menos importante, é que não é mais a situação de vulnerabilidade ou a condição socioeconômica que define quais das crianças ou adolescente devem ser atendidos, mas a todos eles, cabe o direito à vida, à saúde e à dignidade entre tantos outros direitos.

De acordo com as colocações de Moreira (2013) pela primeira vez as crianças e adolescentes passam a ser tratados como cidadão, garantindo-lhes a proteção integral, sem que haja distinção de raça, credo ou classe social. Diante do exposto, abandona-se o caráter menorista, e adota-se o termo criança e adolescente enquanto sujeito de direito, superando todas as perspectivas assistencialistas e filantrópicas que permearam seu histórico.

A partir de 1988, fica então estabelecido que todas as crianças e adolescentes são amparados integralmente e prioritariamente por direitos que devem em primeira instância ser garantido por sua família, enquanto unidade mantenedora e posteriormente pelo Estado e Sociedade sem qualquer restrição ou seletividade, erradicando todas as perspectivas assistencialistas e atuando agora mediante contexto das políticas públicas.

Ainda neste contexto, a Constituição Federal de 1988 consolida um cenário traçado por um sistema de garantias dos direitos fundamentais as pessoas, e no que se refere a crianças e adolescentes cria sistema especial de proteção, que materializado nos artigos 227, 228, e 226 que se expande no Estatuto da Criança e do Adolescente.(BRASIL,1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA foi criado em 1990, após dois anos da constituinte, materializado pela Lei Federal n. 8.069/90, permitindo um mais amplo e novo olhar para a criança e para o adolescente, conforme cita (PEREZ E PASSONE, 2010, p. 663)

Mesmo com a CF 88, fazia-se necessário uma Lei que tornassem efetivados todos os direitos estabelecidos, de forma mais ampla e com um olha fixo para este público. Deste modo a criação do ECA foi:

O ECA foi a 1º legislação aprovada de acordo com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e prevê a proteção integral, substituindo as medidas de controle e repressão para uma perspectiva de direito e de possibilidades, que reconhece a criança e adolescente como sujeitos de direitos, está lei se apresenta com um novo paradigma ético, de direitos, em todas as suas dimensões. É resultantes de discussões, dos fóruns, movimentos populares que passaram a denunciar nos meios de comunicação violências contra as crianças e adolescentes. (GARCIA, 2009, p.18)

Não se pode relatar sobre o processo histórico e criação de políticas voltada para a garantia de direitos da criança e do adolescente, sem citar a importância e o ECA enquanto

Lei fundamental nesses avanços. Esta Lei passou a substituir as medidas de controle e repressão para o reconhecimento deste público enquanto sujeitos dotados de direitos.

Observa-se que o ECA surgiu através de discussões, debates, fóruns e de movimentos populares em prol da proteção integral da criança e adolescente, mas a necessidade desta se dava principalmente em relação às inúmeras denúncias sobre violências voltada para este público e que muitas vezes ficavam impunes.

Moreira (2013) enfatiza que o ECA (Lei 8069/ 90), foi criado em substituição ao Código de Mello Matos conhecido por “Código de Menores” antiga legislação que regulava os direitos da criança e do adolescente. Através do código o termo “menor” que foi bastante utilizado no decorrer da história, foi historicamente carregado de carga negativa, constantemente relacionada a indivíduos infratores.

O Código de Menores foi a primeira legislação voltada para o atendimento junto à criança e ao adolescente em 1927, contudo foi permeada de cargas negativas principalmente no que remete ao trato com adolescentes infratores. Por isso, o ECA veio substituí-lo trazendo resultados positivos em sua atuação por trazer também a substituição das medidas que no passado aconteciam através do controle e repressão, a proposta a partir do ECA é a de garantir direitos através da prevenção.

Neste sentido, Garcia (2009) faz uma análise sobre o ECA destacando que em seu primeiro artigo, a lei enfatiza a proteção integral da criança e do adolescente, colocando que a Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, já o artigo 3º, considera crianças e adolescentes pessoas em desenvolvimento e sinaliza a necessidade de oportunidades e facilidades.

A proteção integral exposta no ECA se consolida na participação efetiva do Estado e da família oferecendo-lhes as condições necessárias para o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente. O autor supracitado relatou que o Art. 3 do ECA, traz uma descrição voltada para a consideração da criança e do adolescente enquanto pessoas em desenvolvimento, ou seja, erradica completamente de seu contexto a adutilização da criança que no passado deveria desenvolver funções que fugiam de sua capacidade física.

A proposta deste artigo é justamente prevenir e proteger as crianças e adolescentes das inúmeras condições que lhes são impostas e por alguma razão, privam-se de desenvolvimento físico, intelectual, social entre outras, buscando universalizar o que se refere à proteção integral dos mesmos. Das formas de privação do desenvolvimento, a violência sexual contra crianças e adolescentes é atualmente um dos maiores tipos de violação desta proteção integral.

1.2 FAMÍLIA: HISTÓRIA E CONCEITOS

Ao tratar da História e os conceitos de família, é importante entender que as mesmas se constituem de diversas formas e assim são constituídas de diferentes crenças, valores e assim cada qual com sua essência, onde o que realmente é preciso ser trabalhado somente a forma as quais representam seus pais dentro dos diferentes contextos sociais.

Família e sociedade apresenta uma relação de grande importância quando se trata de proteção integral da criança e do adolescente. Na história da legislação brasileira, a Doutrina da Proteção Integral, adotada pela Constituição Federal para nortear a efetividade e legitimidade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), veio também estabelecer uma nova roupagem e uma nova ótica a respeito da criança, do adolescente e de seus direitos, enfatizando a responsabilidade real da família, da comunidade, da sociedade civil e do Poder Público para com esta população.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988, p.128)

Pedersen (2010) aponta que ao considerar a violência sexual contra crianças e adolescentes e mais especificamente o abuso sexual intrafamiliar enquanto fenômeno relacionado às diversas expressões da questão social que interferem no cotidiano da família desses sujeitos, além de também se constituir em uma das expressões da questão social, há que se evidenciar, que dentre as mais variadas interferências, uma delas diz respeito às diversas mudanças que vêm ocorrendo com este grupo social, favorecendo a constituição de novos arranjos familiares, tornando muitas dessas famílias, vulneráveis no cumprimento de suas funções.

Sabemos que durante sua história, a família sofreu e ainda sofre muitas influências das mudanças mais gerais que ocorrem na sociedade. Os novos comportamentos assumidos pela família estão intrínseca e dialeticamente condicionados às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes, ao avanço da ciência e da tecnologia e aos novos valores que, por esta realidade dinâmica vão sendo construídos e se instaurando do contexto familiar.

Dessa forma, alguns aspectos para expressar o crescimento dos novos traços familiares podem ser destacados, como: a função de provedor não é mais somente atribuída ao homem, pois a inserção feminina no mercado de trabalho cresce cada vez mais em virtude da própria

crise do emprego; a chefia da família também não cabe mais só ao homem, basta verificar o crescimento das famílias monoparentais com chefia feminina; os vínculos de aliança e consanguinidade não são imprescindíveis dentro do processo de formação de uma família; as famílias não mais se constituem exclusivamente pela união de um homem e uma mulher, o que pode ser percebido com a formação de famílias de casais homossexuais (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994).

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) implantada em 2004, por meio da Resolução nº. 145 de 15 de outubro de 2004 a família, independentemente das configurações que assume, é provedora das relações entre os sujeitos e a coletividade, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida. Porém, não se pode desconsiderar que ela se caracteriza como um espaço contraditório, cuja a forma cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, além de que, nas sociedades capitalistas, a família é fundamental no âmbito da proteção social. (BRASIL,2004)

Para Pereira,

[...] a família não é um grupo natural, mas sim um grupo derivado de uma cultura específica. [...] ela não se constitui por apenas um homem, uma mulher e filhos. Ela é antes uma estruturação psíquica, onde cada um de seus membros ocupa um lugar, uma função (PEREIRA, 1997, p. 18).

Neste sentido, podemos identificar as diferentes ideias e entendimentos sobre família, é possível atribuir a este grupo um conceito que leva em conta não somente seus aspectos naturais, como o número de indivíduos que a compõe e como se organizam, mas também fatores externos que estão relacionados a esta instituição.

Na perspectiva de Pedersen (2010),

É necessário pensar que as novas formas de organização familiar, que para muitos dão um novo sentido para a palavra família, estão diretamente relacionadas às mudanças e transformações societárias, seja no aspecto social, cultural, religioso, político ou econômico, mas que acabam influenciando no cotidiano das famílias e nas formas de organização da mesma, (PEDERSON, 2010 p. 36).

Assim, pode-se dizer que as famílias apresentam aquilo que a sociedade como um todo está vivenciando, ou seja, novas crenças, novos valores, novas formas de relação social e de produção, decorrentes do sistema capitalista vigente na sociedade.

Na contemporaneidade o modelo que temos de família não é a mesma de tempos atrás, todavia que estamos em um momento de desenvolvimento social e jurídico sobre o tema, onde o conceito do que vem a ser família está sendo ampliado.

Ao pesquisar sobre a origem da família, e/ou a forma como a mesma se constituiu no período e/ou estágio da civilização, tem-se que esta era organizada sob a forma matriarcal, pois se desconhecia o papel do pai na reprodução. “O matriarcado [...], seria uma decorrência natural da vida nômade dos povos primitivos, pois enquanto os homens [...] tinham que sair à procura de alimento, as mulheres ficavam nos acampamentos com os filhos” (OSÓRIO, 1997, p. 52). Em decorrência disso, as mulheres também tinham o direito de propriedade e certas prerrogativas políticas.

Conforme as palavras do autor, vemos que a responsabilidade da mulher em relação às questões relativas ao âmbito familiar era maior em comparação com o homem, visto que ela era gestora do lar e incumbida, muitas vezes, de algumas decisões.

Conforme Azevedo e Guerra (2011), antigamente, o modelo familiar predominante era o patriarcal, patrimonial e matrimonial. Em tal modelo tínhamos a figura do “chefe de família”, era o líder, o centro do grupo familiar e responsável pela tomada das decisões. Era tido como o provedor e suas decisões deveriam ser seguidas por todos.

Com isso, podemos compreender a relação de poder existente, onde as mulheres eram tratadas com inferioridade, sendo então submissas aos seus esposos, pois não eram vistas com nenhuma capacidade que não fosse voltada para atividades âmbito familiar.

Além disto, a ideia de família era patrimonial e imperialista, prova disso estava no fato de que as uniões entre pessoas não se davam pela afeição entre as mesmas, mas sim pelas escolhas dos patriarcas, com o interesse de aumentar o poder e o patrimônio de suas famílias. Em tal modelo, muitas vezes os nubentes nem sequer se conheciam, mas se viam obrigados a contrair núpcias para honrar o bom nome da família e contribuir para seu fortalecimento econômico.

Do século XIV até o século XVII, mudanças são processadas na família medieval. A mulher vai perdendo gradativamente seus poderes, culminando com a formalização da incapacidade jurídica da mulher casada e a soberania do marido na família, no século XVI. “Assim, a mulher perde o direito de substituir o marido em situações nas quais ele se ausenta, ou é considerado louco, e qualquer ato seu tem efeito legal apenas se autorizado pelo marido” (GUEIROS, 2002, p. 106).

Pedersen (2010), com base na obra de Áries (1978), diz que é importante destacar que o século XVII é percebido como divisor de águas na história da família. Esta centra suas atenções em torno dos filhos, o que foi sinalizando a descoberta da infância no século XVIII. Os adultos demonstram interesse nas expressões das crianças, criam vocabulário próprio, demonstrando sentimento pelas mesmas. No século XVII aparecem as primeiras gravuras

com crianças vestidas diferentemente dos adultos. Nessa perspectiva, tem-se que o sentimento da família, que emerge assim no séc. XVI e XVII é inseparável do sentimento da infância.

Ainda na perspectiva de Pedersen (2010, p. 39),

Neste período, paralelamente ao fortalecimento do poder do marido, passa-se a valorizar os laços de família e, a partir de então, começa o desenvolvimento da família moderna. É também no século XVIII que se processa a separação entre família e sociedade, enfatizando a intimidade familiar, ou seja, as casas passam a ter cômodos com separações para assegurar a privacidade dos indivíduos na própria família. Aspectos como a saúde e a educação passam a ser neste século as maiores preocupações dos pais, bem como a igualdade entre os filhos, até então desconsiderada, pois se privilegiava apenas um deles e geralmente o primogênito (PEDERSON, 2010 p. 39 apud GUEIROS, 2002.)

O Autor diz que ao reforçar o poder do homem sobre a mulher, é estabelecida a desigualdade entre o homem e a mulher, o que pode ser evidenciado pelo fato de a escolaridade passar a fazer parte da vida dos meninos desde o século XV, quando começa a idade moderna, e para as meninas, somente no final do século XVIII e início do século XIX.

Na modernidade a família passou a ser vista como um instrumento de desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, e não mais como uma instituição.¹ Todavia, fica claro que tal ideia de família é tida como inconcebível atualmente, uma forma arcaica e, de certo modo, repudiada na atualidade. Vale dizer, ainda, que:

[...] isto somente se deu pela evolução a que passou a sociedade ao lutar pela igualdade entre os indivíduos e pela valorização da dignidade da pessoa humana, conquistas estas que encontram-se estabelecidas hoje em nosso mais alto regramento jurídico, a Constituição Federal de 1988. (AUGUSTO [s.n.t.]).

Desta forma, é preciso ser analisado o processo histórico de luta para que a dignidade da pessoa fosse conquistada e reconhecida, onde deve ser compreendido que o ser humano necessita de sua dignidade pôr o simples fato de ser humano, sendo merecedor de respeito, independentemente de sua cor, condição financeira e de como está inserido na sociedade.

Como citado anteriormente, a família sofreu e sofre muitas influências das mudanças sociais mais gerais que ocorrem na sociedade, contudo, foi, principalmente nas três últimas décadas do século XX, que algumas questões relacionadas ao casamento e à família começaram a ser debatidas, como “relações de gênero; redefinição dos papéis masculinos e femininos; papéis públicos e privados; comportamento sexual definido segundo o sexo;

¹“Essa mudança filosófica e institucional ainda não está completamente difundida na sociedade atual, porém encontra-se em crescente consolidação”. (AUGUSTO [s.n.t.]

Disponível em: <https://advocaciapa.jusbrasil.com.br/artigos/176611879/a-evolucao-da-ideia-e-do-conceito-de-familia>

constituição da mulher como indivíduo e construção da individualidade e da identidade pessoal”, (GUEIROS, 2002, p. 109).

São esses debates que possibilitam a mudança de pensamento acerca de algumas questões que eram consideradas ‘normais’ em contextos sociais de outras épocas por se tratar de aspectos inerentes à cultura de determinadas sociedades.

Com isso se faz necessário o entendimento do papel fundamental da família, e sociedade na garantia da proteção integral da criança e do adolescente em todos os âmbitos, pois é preciso um entendimento maior sobre essa temática, para que falar de violência sexual contra crianças e adolescentes, seja do conhecimento e compreensão de um todo, para que assim se entenda a capacidade de enfrentamento.

Segundo Gonçalves, coordenador de programas Childhood (Organização da Sociedade Civil) que tem como objetivo proteger a infância. O Coordenador aponta avanços e desafios no enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes destacando que o aspecto mais revolucionário do ECA foi a criança e o adolescente passarem a ser vistos como sujeitos de direito e de sua própria história. Esta mudança trouxe um novo significado ao papel dos órgãos existentes – da Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública, antes voltados apenas para os adultos. O ECA conseguiu gerar um sentimento de indignação frente a situações inaceitáveis como o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes.²

Com isso, podemos perceber que com a criação do ECA a Criança e o Adolescente conquistou direitos que assim os assegure, direitos esses onde se deu a criação também de conselhos tutelares, onde são responsáveis por garantir o cumprimento dos direitos infanto-juvenis dando assim prioridade e visibilidade.

Segundo o ECA (1990, p 02), Capítulo I, Art. 7º: “A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

Deste modo o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes se faz necessário o engajamento das famílias, sociedade, instituições, e do governo na prevenção dos crimes sexuais, no fortalecimento das denúncias e no comprometimento das instituições para que possam, por meio de práticas eficazes, garantir a proteção integral de crianças e adolescentes.

1.3. PROTEÇÃO INTEGRAL X VIOLÊNCIA

A violência é um fenômeno ou uma problemática que se expandiu com a sociedade capitalista, mas, é um fator que sempre existiu na nossa sociedade principalmente no que se refere às relações de poder, inclusive contra crianças e adolescentes.

Para Saffioti (2004), “a violência é a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral” (p. 17), deduz-se desta maneira que qualquer forma de violência oferece repercussões negativas na vida de quem é vitimado, podendo ainda resultar em sérias consequências, que vão desde a perda da autoestima até grandes agravos como a morte.

O termo violência se refere à violação, e que apesar de está popularmente vinculada ao rompimento da integridade física, deve ser visualizada em um contexto bem mais amplo, trazendo consigo inúmeras consequências que podem permear a vida da vítima por muito tempo ou por toda a vida. Conforme a autora supracitada as situações de violência quando vivenciada pode ter inúmeros significados, inclusive pode resultar na retirada do desejo de viver.

É através desses ocorridos que a política de saúde, não está omissa a este tipo de atendimento, e aparece neste contexto também como política de proteção integral na defesa dos direitos da criança e do adolescente, pois conforme a Constituição Federal de 1988 (CF-88), a “Saúde é direito de todos e dever do Estado”. Assim foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, que abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. (BRASIL, 1998, p.116).

A Política de Saúde não segrega quais indivíduos irá atender, mas tem como princípio a Universalização, ou seja, deve atender a todos, e conforme exposto na CF 1988, tem também como público prioritário crianças e adolescentes, desde aos serviços de prevenção à saúde até o agravamento dos riscos.

Posteriormente, a criação da Lei Orgânica da Saúde, de nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, intensificam debates já existentes acerca do conceito. Nesse contexto, entende-se que saúde não se limita apenas a ausência de doença, considerando, sobretudo, como qualidade de vida, decorrente de outras políticas públicas que promovam a redução de desigualdades regionais e promovam desenvolvimentos econômico e social.

No contexto infanto-juvenil, esta violência pode está inserida no contexto da ausência da qualidade de vida, bem como, um fator ainda mais agravante, pois se trata da violação da

integridade de alguém que é incapaz, ou seja, que não possui se quer força para se defender, e que é completamente dependente de outra para sobreviver, contribuindo ainda para que as desigualdades e riscos se agravem, podendo gerar futuros transtornos.

Para Azevedo e Guerra (2011) embora toda violência seja social, as crianças são filhos da violência que denominamos social, em sentido ainda mais amplo, pois atinge de forma seletiva e preferencial os segmentos da população mais desprotegidos e evidentemente possuem maior alcance, apresentados e justificados como condições para o futuro da sociedade.

É justamente pelas diferenças existentes entre crianças, adolescentes e adultos que ressalta-se os mesmos como filhos da violência, uma vez que, são sujeitos desprotegidos, vulneráveis e em desenvolvimento, sem a mesma capacidade física, mental e emocional do adulto, e por esta mesma razão os agravos são muito maiores.

Diante do exposto acima pelos autores, enxerga-se em sua publicação, que a criança e o adolescente como um todo, sofrem com a existência da violência, mas a infância pobre, aquela que é desprotegida, que não conhece seus direitos colocados nas atuais políticas públicas e que não é reconhecida em sua cidadania pela sociedade, são as que mais são alvo da violência e de suas diversas características, seja ela, a exploração, negligencia ou violência sexual.

Se atualmente existem tantas leis que amparam a criança e o adolescente garantindo-lhes a sua proteção, e também existem tantos casos constatados de violência sexual contra esse público. Deduz-se que no passado a ausência de leis protetivas, intensificavam a quantidade desses casos, que por muitas vezes ficavam omissos.

A consolidação da Constituição Federal de 1988 e a materialização do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990 garantiram a proteção integral á criança e ao adolescente e estabeleceram todos os direitos referentes a este público deve ser garantido através de uma articulação entre família, sociedade e o Estado.

Desta forma, o aparato de Lei trouxe avanços e resoluções para algumas problemáticas, mas outras passaram a se expressar. Assim, Medeiros (2013) aponta que a história da infância é marcada pelos vários tipos violência, principalmente, porque no passado os mesmos não eram considerados pessoas e sim propriedades dos adultos, por isso eram submetidas aos mais severos castigos físicos e trabalhos pesados, além do infanticídio, que não deixam de ser considerada uma forma de violência.

Pode-se destacar que nesse histórico permeado por absurdas problemáticas, a família foi também a principal violadora dos direitos e até hoje algumas permanecem carregando essa

culpa. Com a criação das Leis e de algumas Políticas Públicas, muitos casos de violência foram erradicados, mas muitos se expandiram e foram silenciados por medo da punição, a criança e o adolescente são muitas vezes vítimas da própria família, da sociedade e do próprio Estado quando permite que esta violação ocorra.

Sendo assim, compreendendo que a família deve ser a principal protetora de seus membros, esta vem sendo redescoberta e assume importante papel enquanto agente de proteção social, o Estado adota todas as formas de apoio familiar em suas agendas, principalmente voltado para as crianças e adolescente enquanto público prioritário, além dos programas e projetos de erradicação da pobreza infantil e tentativas de redução dos riscos e desagregação familiar. (Pereira, 2011)

A redescoberta da família apresenta uma família como base de sustentação do indivíduo na infância, recebendo auxílios do estado e da sociedade. Cabendo a esta, a tarefa de educar e ensinar costumes morais e valores, e ao Estado, a implantação de programas junto a família, que busquem a redução das problemáticas existentes, entendendo que tais problemáticas podem ainda se intensificar.

Com isso é necessário que aja de fato essa base sustentadora que é a família, todavia muitas vezes não se tem ajuda das redes de apoio, pois o que se vê são os direitos cada vez mais sendo negligenciados e na maioria das vezes, não se tem condições para suas necessidades básicas.

Medeiros (2013) se refere ainda à família como violadora e a existência da violência sexual intrafamiliar, destacando que nem sempre as famílias são instituições sagradas e passivas de conflitos, entretanto, podem se constituir em uma instituição de produção e reprodução da violência.

O contexto familiar é sim repleto de contradições e desigualdades sejam elas sociais, econômicas ou culturais, a família não é uma instituição neutra, não está imune. É permeada por inúmeras problemáticas que abrangem principalmente suas crianças e adolescentes, pois, se sabe que atualmente as expressões de violência sexual se manifestam de forma mais evidente por ser notória as questões de desigualdade e rompimento de vínculos no seio familiar.

A violência que se expressa no seio familiar torna-se um problema muito mais complexo para a criança e adolescente, que tem privação de seus direitos realizada por quem mais deveria reivindicar pela sua efetivação enquanto cidadãos. A sua infância passa a ser roubada, e no núcleo familiar passa a não ter mais um protetor e sim um vilão responsável pela criança de diversos tipos de receios e traumas, refletindo ainda em novos problemas

sociais como a ausência do rendimento escolar da criança e do adolescente em razão das mais variadas consequências psicológicas e do próprio sigilo.

Sobre a violência sexual, Azevedo e Guerra (2011) afirmam que:

Tratando-se de uma das várias modalidades de sexo-intergeracional, a violência sexual contra crianças e adolescentes praticada no lar reflete de um lado a evolução das concepções que as sociedades construíram acerca da sexualidade humana; de outro, a posição das crianças e adolescentes nessas mesmas sociedades e, finalmente, o papel da família na estrutura das sociedades ao longo do tempo e do espaço. (AZEVEDO E GUERRA, 2011, p. 261)

Assim, a violência sexual fere não apenas a integridade física, mas ainda a integridade moral e psicológica da criança e do adolescente que ao ocorrer no seio familiar torna-se ainda mais complexa, por romper com o papel da família de proteger seus membros. A violência sexual no seio intrafamiliar torna-se ainda mais silenciosa.

Ainda de acordo com Azevedo e Guerra (2011) o sexo Inter geracional familiar equivalia a um escândalo na estrutura patriarcal socialmente construída, que colocava a figura do pai como o provedor e protetor, ficando assim cercado por uma eficiente conspiração de silêncio.

Sabe-se da existência de uma sociedade construída sobre raízes da família patriarcal, onde a mãe e os filhos viviam sob o domínio da figura masculina representada pelo pai, por ser este o detentor de todos os direitos, em razão de ser também o provedor do lar e conseqüentemente era visto como o protetor, que na verdade era o maior violador. Deste modo, quando ocorriam episódios pontuais ou contínuos de qualquer tipo de violência inclusive a violência sexual, era mantida em silêncio para evitar escândalos.

De acordo com o Ministério da Saúde, a violência sexual pode ser definida como:

Define-se como a participação de uma criança ou de um adolescente em atividades sexuais que são inapropriadas a sua idade e seu desenvolvimento psicossocial. A vítima é forçada fisicamente, coagida ou seduzida a participar da relação sem ter necessariamente capacidade emocional ou cognitiva para consentir ou julgar o que está acontecendo. (BRASIL, 2002, p. 19).

A violência Sexual contra crianças e adolescentes envolvem atividades sexuais sem seu consentimento, entendendo que sua idade além de imprópria, qualquer ato sexual que não seja consentido é crime e por isso é considerado um tipo de violência que afeta a vítima não somente fisicamente, mas, também de forma psicológica podendo causar inúmeros transtornos futuros, tornando-os adultos adoecidos.

Todo este contexto de conquistas e problemáticas que envolvem a criança e o adolescente tornam evidente a necessidade de proteção aos mesmos de forma que não se

paute apenas em termos subjetivos, mas sendo primordial a atuação de profissionais que possam oferecer suporte à vítima e suas famílias. É nesse momento que a Política de Assistência Social assume seu importante papel através dos serviços oferecidos pelos seus equipamentos, contudo, principalmente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS que geralmente recebem as denúncias requeridas por outras Políticas Públicas, como a exemplo da própria Saúde.

Ao despertar o interesse em conhecer acerca do trabalho ofertado pelo CREAS, compreende-se que apesar de desafiador é repleto de ações que de fato interferem na realidade dos atendidos, pois tem o potencial de promover atividades que resgatem a potencialidade e capacidade de emancipação dos indivíduos que por alguma razão tiveram seus direitos violados, devendo realizar este trabalho com mais qualidade, quando se articula e recebe apoio de outras Políticas que compõem uma rede de acesso aos direitos, amplamente fortalecida.

Por isso, Rizzotti (2009) este resgate por si só, se torna um desafio devido à complexificação do próprio trabalho, pois, na maioria dos casos, os vínculos familiares estão fragilizados. Diante disso, os serviços ofertados nos CREAS devem potencializar a capacidade protetiva da família, favorecendo a reparação da situação de vulnerabilidade vivida e, sobretudo o direito à convivência familiar e comunitária do sujeito.

De acordo com a Revista CREAS (2008) estes equipamentos através dos serviços que desenvolvem, promovem ou articulam, possuem importante papel de inclusão e proteção social a indivíduos e famílias que se encontram em situações de violação de direitos e de violência expressos em maus-tratos, negligência, abandono, discriminações, dentre outras, resgatando vínculos familiares e sociais rompidos, apoiando a construção e/ou reconstrução de projetos pessoais e sociais.

O que entende é que o CREAS é um órgão público que tem como proposta de execução dos seus serviços, a proteção e a promoção social de indivíduos e suas famílias que estejam enfrentando situações de risco ou violação dos mais diversos direitos, encaixa-se também como público prioritário deste equipamento as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual o de qualquer outra forma de rompimento de sua integridade.

Ainda de acordo com a Revista CREAS (2008) os principais serviços ofertados pelos CREAS são: orientação, apoio e inclusão social, visando sempre à garantia e defesa de direitos a indivíduos. Além disso, a sua presença nos territórios e regiões amplia a atuação do

Estado no combate e enfrentamento das situações de violência³ vividas por indivíduos e famílias, constituindo-se em unidade de referência de proteção da assistência social.

Os serviços dos CREAS têm impacto direto na reorganização e reestruturação da família, e até mesmo de comunidades. Têm o potencial de promover o desenvolvimento pessoal e comunitário, promovendo o resgate da auto-estima, a identificação e desenvolvimento de potencialidades e capacidades e de promoção de inserção e participação social. (REVISTA CREAS, 2008, p. 11)

Percebe-se que os CREAS são os equipamentos que representam territorialmente ou regionalmente a atuação da Assistência Social e do Estado, frente ao combate das violações, buscando construir um cenário pacífico baseado na garantia de direito de todos os indivíduos e suas famílias, além da perspectiva de atuar junto a sua equipe profissional na construção da autonomia, cidadania dos sujeitos e superação dos desafios.

Dessa forma esses organismos representam para a sociedade um papel importante de inclusão e proteção social, com o objetivo de assegurar e garantir direitos, construindo e também reconstruindo direitos assim já violados, trabalhando o indivíduo na sua totalidade, pois não se pode analisar uma questão social, sem antes entender como o indivíduo está inserido dentro da sociedade.

CAPÍTULO II – VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: CONTEXTUALIZAÇÃO

Nesse capítulo, tratou-se das questões que envolvem os diferentes tipos, formas e fenômenos que influenciam para que se perpetue o ciclo da violência sexual contra crianças e adolescentes, e como se configuram dentro da sociedade, ressaltando a responsabilização de cada indivíduo para que de fato os direitos das crianças e adolescentes sejam garantidos.

No primeiro momento abordou-se sobre a violência sexual praticadas contra crianças e adolescentes no âmbito intrafamiliar, onde iremos tratar como acontece essa violação de direitos, direito esse que deveria ser em primeira instancia garantidos no âmbito familiar.

Em seguida, retratou do patriarcado como fortalecedor do ciclo da violência, apontando o contexto histórico cultural e socialmente construído em que a construção de gêneros contribui cada vez mais para a desigualdade entre homens e mulheres.

Por último, fez-se uma abordagem a cultura da violência e a família como perpetuadora do ciclo do silencio, tratando de como essa violência se configura e do silencio que se instala nas famílias, até mesmo quando os casos são no contexto família.

2.1. VIOLÊNCIA PRATICADAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO AMBIENTE INTRAFAMILIAR

Preliminarmente, Antes de adentrar-se no estudo sobre violência intrafamiliar contra criança e adolescentes, é necessário conhecer alguns conceitos utilizados pela literatura e na sociedade, tais como: violência e violência intrafamiliar.

A violência não é um fenômeno atual; ela perpassa e acompanha a evolução humana na sua luta pela sobrevivência. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa (FERREIRA, 2001), violência é a qualidade de ser violento, é um ato de violentar, de proporções constrangedoras, seja esta física ou moral, é também o uso da força e coação. A violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto.

Com isso, a violência é toda iniciativa que procura exercer coação sobre a liberdade de alguém, que tenta impedir-lhe a liberdade de reflexão, de julgamento, de decisão e que termina por rebaixar alguém ao nível de meio ou instrumento num projeto, que absorve e engloba, sem tratá-lo como parceiro livre e igual.

Já a violência intrafamiliar pode ser conceituada como a violência praticada de forma clara ou implícita, no seio familiar, usualmente entre parentes. Inclui diversas práticas, dentre elas a violência e o abuso sexual contra as crianças e adolescentes (GOMES et al., 2007). Para este autor, a violência intrafamiliar pode se processar sob três formas:

Violência física “quando envolve agressão direta, contra pessoas queridas do agredido ou destruição de objetos e pertences do mesmo”, onde o agressor tem uma força e poder sobre a vítima, seja força física ou com uso de armas, que podem ou não ocasionar lesões internas ou externas. Violência psicológica “onde envolve agressão verbal, ameaças, gestos e posturas agressivas”, é resultado de toda ação ou omissão que venha a causar a diminuição de autoestima e até mesmo bloqueio no seu desenvolvimento e relacionamento com outras pessoas. Violência socioeconômica “quando envolve o controle da vida social da vítima ou de seus recursos econômicos”, todo ato de destruição ou omissão do agressor para com a vítima vindo a destruir bens pessoais ou deixando de gerir sobrevivência dos membros da família.

Com isso, a Violência Intrafamiliar está inserida, assim, na tipologia de violência interpessoal, que por sua vez está dividida em duas subcategorias: violência da família, aquela que ocorre em grande parte entre os membros da família. Ocorre normalmente, mas não

exclusivamente, dentro de casa; e a violência comunitária, que ocorre entre pessoas sem laços de parentesco (consanguíneos ou não) e que podem conhecer-se (conhecidos ou não-estranhos), geralmente fora de casa (GOMES et al, 2007).

A violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes é a violência que consiste:

(...) numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulta versus criança/ adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor da liberdade; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste (AZEVEDO; GUERRA 2009, p.11)

O que se percebe é que a violência intrafamiliar contra a criança e adolescente se revela, desta forma, como um dos fenômenos sociais mais complexos e preocupantes do mundo atual. É um fenômeno que integra uma relação travada na situação de desigualdade, que conforma as relações de poder estabelecidas, revelando-se na sociedade como um elemento estrutural intrínseco ao próprio fato social, cujas palavras não têm mecanismos próprios que possam traduzir os atos de destruição, tanto psicológica quanto física, que ela provoca.

Ao conceituar a violência sexual, Azevedo e Guerra (1995), configura-se como todo ato ou jogo sexual, relação hétero ou homossexual, entre um ou mais adultos (parentes de sangue ou afinidade e/ou responsáveis) e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente uma criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou outra pessoa.

Deve-se ressaltar a necessidade de denunciar crimes tão brutais, aja vista a extrema necessidade de proteger as vítimas e responsabilizar os violadores, sendo este um fenômeno complexo, pois infringe o direito universal assegurado na Constituição Federal, quando em seu artigo 227, § 4, deixa claro que” A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 2010).

No tocante ao abuso sexual, o autor afirma que:

[...] consiste em qualquer interação, contato ou envolvimento da criança, com o uso de violência física e/ou psicológica, em atividades sexuais que ela não compreende, não consente, violando assim não só as regras legais e sociais da sociedade, como também causando danos psíquicos na vítima, CEZAR, 2007, p. 29).

E com isso podemos perceber que durante essa experiência traumática a vítima vai ser afetada diretamente, causando bloqueios, influenciando na sua forma de viver, e afetando no seu psicológico onde são danos irreparáveis, que são difíceis de ser esquecidos, pois para a vítima é uma cicatriz que até mesmo com o passar do tempo, o dano pode não ser amenizado.

Ainda nessa mesma linha de raciocínio Ferreira (2002) aponta que a Violência sexual é:

Geralmente praticada por adultos que gozam da confiança da criança ou do adolescente, tendo também a característica de, em sua maioria, serem incestuosos. Nesse tipo de violência, o abusador pode utilizar-se da sedução ou da ameaça para atingir os seus objetivos, não tendo que, necessariamente, praticar uma relação sexual genital para configurar o abuso. (FERREIRA, 2007, p. 43)

Diante disso podemos perceber que a mesma acontece nas relações familiares, onde, coloca a criança ou o adolescente em situação de risco no espaço que deveria protegê-lo e garantir sua integridade física e emocional, o que desses casos as medidas protetivas judiciais podem ser necessárias para assegurar que os direitos violados desses sujeitos sejam resgatados.

Onde quando deveria protegê-los, muitas vezes são os causadores de violação de direitos, todavia, o estado e a sociedade, tem por dever garantir os direitos aos quais as crianças e adolescentes necessitam, onde a família, é em primeira instância responsável por essa proteção, contudo é preciso que o estado intervenha também, com garantia de direitos, assim necessários.

Não me toque aqui

Papai, não! O que é isso?
 Não, isso não se faz
 O senhor deveria me amar
 Me respeitar, sem me maltratar

Deveria ser lindo como o sol
 A certeza depois do frio
 Eu o peixe e o senhor o rio
 Assim? Tenho medo, calafrio!

Tio? Avô? Primo? Vizinho?
 Pessoas que chamo de senhor
 Se acham confusas na própria ilusão
 E eu criança, ferida na escuridão

Lauro Souza⁴ 2011

Como vimos nesse texto de Lauro Souza, podemos observar a violência sexual que ocorre no seio familiar. Onde mostra-nos que há vários agentes que atuam em detrimento ao infante, bem como o conflito que se estabelece diante dessa situação constrangedora. Todavia, ao contrário dos outros textos, percebemos que o eu lírico não silencia, argumentando contra a

Disponível em:⁴<https://blogdovalente.com.br/sem-categoria/2011/05/nao-me-toque-aqui-por-lauro-souza/>

violência sexual e acusando a transgressão de valores que deveriam ser respeitos por pessoas que estão à sua volta.

A violência intrafamiliar para com a criança e o adolescente é um grave problema de saúde pública, que de fato ainda não é enfrentado com a responsabilidade que merece e precisa para ser combatido. Dada sua magnitude e nocividade para a saúde de suas vítimas, com consequências devastadoras e, muitas vezes irreversíveis, quando não são fatais, o combate a esse fenômeno deve ser visto como um dever de todo o cidadão, uma vez que as vítimas são em geral, incapazes de se defenderem sozinhas.

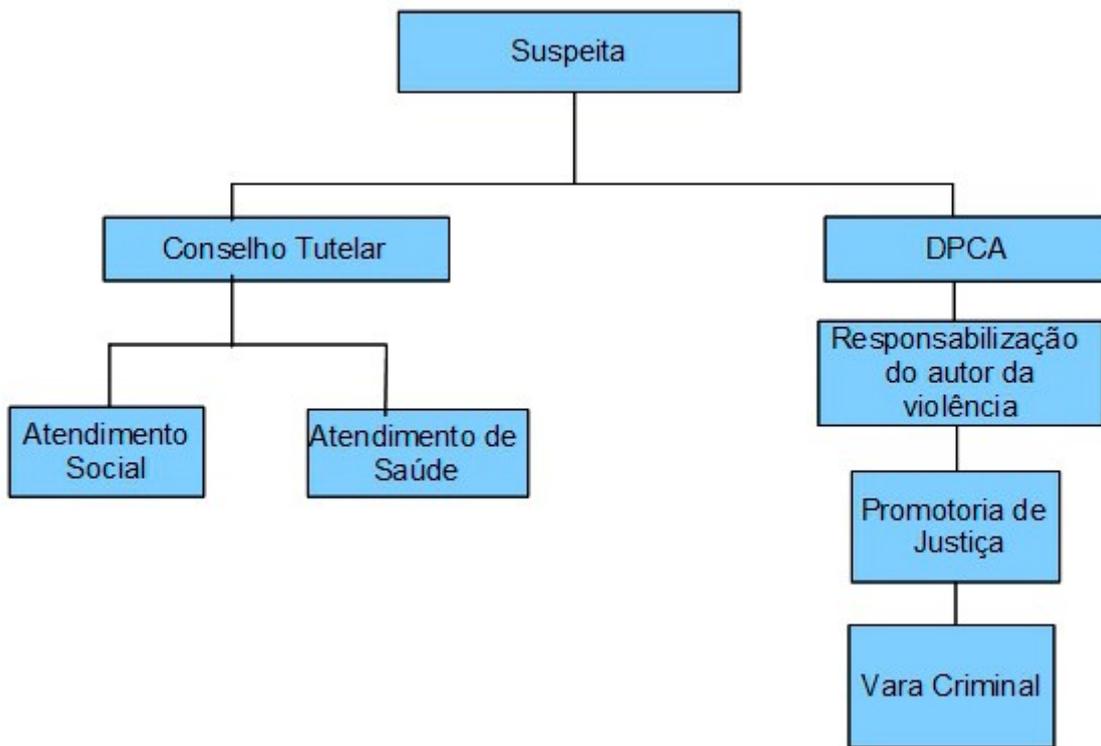
Nesse sentido, se faz necessário importante que profissionais e pessoas que tenham contato direto com a criança e adolescente vítima adotem uma postura na defesa dos seus direitos, pois a família medieval e a maneira com que cuidava das crianças e adolescentes deixando-os morrer ou abandonando-os felizmente já foi superada.

Por fim, deve ser prática rejeitada por uma sociedade que valoriza a criança e o adolescente como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento, requerendo a responsabilização imediata daqueles que exploram a criança ou o adolescente, fazendo assim com que seja punido como deve ser, por tal ato realizado.

Com isso, verificando que o agressor é integrante da família, isto é, reside no mesmo local ou tem laço consanguíneo ou de afinidade e acesso à vítima, ou se verifique que a família não pode proteger a criança ou adolescente da figura agressora e há necessidade de uma medida judicial de proteção:

A denúncia ou notificação de uma situação de maus tratos ou violência sexual em qualquer contexto requer ações e intervenções interdisciplinares que não dependem em sua eficácia de decisões tomadas isoladamente. É preciso haver comunicação e colaboração entre um conjunto de segmentos que compõe a rede de apoio social e o sistema de garantia de direitos de crianças, adolescentes e famílias.

IMAGEM I



Sendo assim não podemos deixar de mencionar também a Lei nº. 13.431/2017, onde determina a escuta especializada e o depoimento especial para as vítimas ou testemunhas de violência praticada contra crianças e adolescentes, (SILVAⁱ, 2018).

Com isso, é relevante destacar que a partir do ECA/1990, foi implementado um sistema de justiça e de segurança mais específico para crianças e adolescentes, com a criação de Juizados da Infância e Juventude, bem como Núcleos Especializados no Ministério Público e Defensoria, além de Delegacias especializadas, tanto para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas quanto para os autores da violência.

Contudo, se faz necessário que aja de fato essa escuta especializada, para que aconteça a efetivação de direitos para as crianças e adolescentes, sendo assim garantido o que de fato é direito, pois muitas vezes o ECA é interpretado numa lógica de correção e não de proteção como deve ser.

2.2 PATRIARCADO COMO FORTALECEDOR DO CICLO DA VIOLÊNCIA

Ao relatar sobre as relações do patriarcado como um fortalecedor do ciclo de violência é importante compreender primeiramente a categoria gênero como um contribuinte das desigualdades entre homens e mulheres que foram socialmente construídas e culturalmente reproduzidas, respingando inclusive nos dias atuais.

Neste sentido, Barros e Freitas (2015) afirmam que cotidianamente crianças e adolescentes também se tornam vítimas de algum tipo de violência doméstica em razão dessas desigualdades, e não se tornam raros, os episódios de violência sofrida por elas no ambiente familiar que são protagonizados por pessoas muito próximas de sua rede afetiva e social, como, seus pais ou responsáveis.

Esta relação de desigualdade pode ser denominada como: “oposições decorrentes de traços inerentes aos distintos seres” para que não se incorra no erro de deixar de identificar “os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres” (SAFFIOTI, 1992, p. 193).

Ao longo da história sempre existiu um contexto cultural e socialmente construído em que a desigualdade entre os gêneros ficou atribuída como uma forma relacional oposta, onde as desigualdades intrínsecas de cada gênero foram responsáveis por fundamentar as diferenças, dando ao homem, nesse caso, a figura paterna um “poder e autoridade”.

Silva (2011) relata que a relação entre gêneros se estabelece dentro de um sistema hierárquico que dá lugar a relações de poder, entendendo neste sentido que poder é algo relacional e que permeia todas as situações humanas. Para a sociedade o gênero masculino é visto como o superior e dominante.

Mesmo reconhecendo esse poder do patriarcado como algo ultrapassado, infelizmente esta relação ainda existe na sociedade atual, e se apresenta como fortalecedor dos ciclos de violência que envolvem não somente a mulher enquanto ser submisso, mas, ainda as crianças e adolescentes que vivem no seio familiar, tornando-os vítimas dos próprios pais.

A preponderância do masculino sobre o feminino é uma constante em todas as culturas, não obstante a dominação masculina resultar de um longo processo de incorporação de disposições e práticas, que são reproduzidas inconscientemente pela sociedade. As dicotomias que criam signos lingüísticos, especialmente no Ocidente, constituem a base para a formação de princípios antagônicos e complementares que estruturam as visões e divisões da realidade. (SIERRA, 2011, p. 74)

É ainda coerente tratar sobre este fortalecimento da violência, quando a violência doméstica envolve todos os seus membros, pois na maioria das vezes o machismo imbricado através do poder patriarcal é naturalizado pela própria mulher, reproduzindo essa relação de violência aos filhos.

Mesmo que de forma inconsciente na sociedade a mulher era mantida numa condição de inferioridade, e isso não acontecia especificamente em um lugar do mundo, mas, no mundo inteiro e nas mais variadas culturas, porém possuía intensidade no ocidente, sendo reproduzido em diversas famílias permitindo alguns direitos apenas aos homens.

Presente em nossa sociedade, a violência doméstica contra crianças e adolescentes configura-se como um fenômeno social e histórico, que envolve aspectos psicossociais e um caráter dinâmico de interação familiar, de modelo social e cultural, que se estabelece na relação vítima e agressor. (BARROS E FREITAS, 2015, p. 2)

É importante lembrar dentro desse contexto, que a familiar subordinação não é apenas da mulher, mas da família, sendo comumente observado que os filhos crescem naturalizando este contexto e acabam tornando-se facilmente agressores ou vítimas.

A violência contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, é também considerada violência doméstica, esta é caracterizada por Carmo e Moura (2010) como o abuso de poder executado por pais ou responsáveis sobre a mulher, criança ou adolescente que se expressam em um quadro de desigualdades estruturais, que se expressam no marco do processo de produção e reprodução das relações sociais.

Esta é constituída como uma das expressões da questão social na sociedade contemporânea, assim como, o desemprego, a instabilidade econômica, a disfuncionalidade familiar, enquanto fatores que contribuem para que a violência doméstica seja perpetrada. Este tipo de violência não estabelece seleção, ou seja, ela pode ocorrer em qualquer classe social ou grupo. (GRIFO NOSSO)

A gênese da questão social se localiza, no século XIX, em decorrência dos efeitos da Revolução industrial no acirramento das diferenças entre acesso à riqueza distribuída, no conflito entre capital e trabalho.

De acordo com Yamamoto, questão social:

não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operaria e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contratação entre proletariado e a burguesia... (Yamamoto, 1991, p 77)

Cabe ressaltar que quando a autoridade e o poder patriarcal atingem a integridade dos membros da família, é ainda considerada violência intrafamiliar, pois esta é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Em relação a violência doméstica esta acontece dentro de casa ou unidade doméstica e geralmente é praticada por um membro da família que viva com a vítima. As agressões domésticas incluem: abuso físico, sexual e psicológico, a negligência e o abandono. (BRASIL, 2018, p.14)

É pensando no patriarcado como fortalecedor e mantenedor da violência que não há como dissociá-lo do contexto da violência doméstica. É importante desmistificar esse contexto associando-a a apenas, um caso de polícia. Pois na fala de Souza e Ros (2006) a violência doméstica vai muito além de sua relação criminosa, a mesma envolve um conjunto de fatores que abrangem inclusive as relações intrafamiliares, que são complexas.

Sobre os índices de violência, é importante ressaltar as informações repassadas pelo site Observatório do Terceiro Setor (2018), que destaca uma reportagem sobre a temática da seguinte forma: Quase 7 em cada 10 crianças (67%) da América do Sul e do Caribe, com idades entre 1 e 14 anos, já sofreram punições corporais. E o Brasil não foge dessa tendência: 68% das crianças brasileiras com até 14 anos, o equivalente a 30,3 milhões de crianças, já sofreram violência corporal em casa. Além disso, 58,9% das denúncias recebidas pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, via canais como o Disque 100, são referentes a algum tipo de violência contra crianças e adolescentes.

Só em 2017, foram 84.049 denúncias do tipo. No ano anterior, haviam sido 76.171. Os principais tipos de violência denunciadas são: negligência (61.416), violência psicológica (39.561) e violência física (33.105). O balanço da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos aponta, ainda, que 57% dos casos de violência contra crianças e adolescentes denunciados acontecem dentro da casa da vítima. As vítimas mais frequentes são meninas negras (pretas e pardas) com idades entre 4 e 17 anos. (OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR, 2018, p. 01).⁵

De acordo com a notícia supramencionada existem várias formas de violência doméstica que permeiam o histórico de crianças e adolescentes sendo estas praticadas na maioria das vezes por seus pais, que abrangem geralmente crianças e adolescentes entre e 4 e 17 anos, sendo necessário ainda destacar o número alarmante desses casos através das denúncias, mas, refletir ainda sobre aqueles casos que não são denunciados e que geralmente se perpetuam.

Ainda de acordo com Brasil (2018) apesar de existirem muitas denúncias referentes a violência física, negligência e violência psicológica, são inúmeros os casos de violência sexual que ocorrem no ambiente familiar, apontando que: “Há também a violência sexual contra criança e adolescentes igualmente dentro do ambiente familiar ou com terceiros.

⁵<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/57-dos-casos-de-violencia-contras-criancas-ocorrem-dentro-de-casa/>. Acesso em 14 de outubro de 2019.

Segundo as denúncias registradas no Disque 100, em 2015, 48,75% ocorreram na casa da vítima, e em segundo 23,37% na casa do suspeito”. (BRASIL, 2018, p. 16)

Esses números assustadores informam que quando os casos de violência ocorrem na casa da vítima, são geralmente cometidos por uma pessoa próxima à vítima, tendo infelizmente como acusados seus próprios pais, padrastos, irmãos ou parentes próximos.

Compreender sobre a importância da família torna-se neste momento uma ação contraditória principalmente no que se refere à questão do abuso sexual infantil, por ser um dos variados tipos de violência que podem ser vistos dentro e fora do contexto familiar, e que por isso torna-se muito mais complexo quando a violência ocorre em razão das relações de hierarquia, poder e autoritarismo existente dentro do lar.

Segundo Sawaia (2010) a questão da violência sexual intrafamiliar de crianças e adolescentes é um dos maiores perigos, onde muitas vezes o poder é transvertido de amor ou como uma forma de inclusão perversa, eficiente, o que significa associar amor, autoritarismo e respeito, ou trocar afeto, por obediência, de forma que a submissão seja sentida como amor. A autora supramencionada destaca que esta situação ocorre principalmente para a criança que é mantida sob os princípios morais da repressão e obrigatoriedade, a relação de poder, submissão, autoritarismo e aproximação dos pais ou familiares, bem como a perpetuação do patriarcado, pode facilmente ser confundida com uma forma de afeto e amor que talvez nunca tenha existido.

Ainda conforme exposto por Sawaia (2010) os crimes intrafamiliares surgidos em 2002 e 2003 foram marcados pela crueldade, e por isso tornam-se um fator muito mais intenso por se tratar de uma contraditoriedade, ou seja, quem deveria proteger e assegurar, é quem viola, abusa e vitimiza, desconstruindo o real e verdadeiro papel da família e dos pais junto às crianças e adolescentes.

Deste modo, torna-se necessário ressaltar acerca do papel da família:

A família é a unidade nuclear responsável por uma série de funções. As obrigações em família fazem parte da constituição da sua identidade e do significado que seus membros lhe atribuem. Ao deixar de ser uma unidade de produção doméstica, várias funções antes desempenhadas pela família foram transferidas para os serviços urbanos. (SIERRA, 2011. p.32)

Não há como abordar sobre o patriarcado e não relacioná-lo à família, uma vez que esta unidade é considerada majoritária quando se trata de proteção social de suas crianças e adolescentes, mesmo quando sua principal característica é o poder patriarcal. É obrigação da mesma a garantia da proteção e a manutenção dos direitos de seus membros principalmente aqueles que se caracterizam como dependentes.

Para Florentino (2015) as consequências da violência e em especial a violência sexual, podem se apresentar de forma mais e menos intensa, dependendo das condições em que ocorreram a situação de violência.

As situações apresentam peculiaridades e invadem desde a estrutura psicológica da vítima, até outras condições que são afetadas através da própria prática violenta, podendo esta ser composta por agressões físicas, penetração ou não é outros aspectos que possam vir interferir no desenvolvimento da criança ou adolescente vítima de abuso. Essas consequências podem resultar inclusive em dificuldades no convívio familiar, uma vez que o patriarcado se coloca como fortalecedor dessas situações. As consequências da violência podem resultar no afastamento escolar, ou mesmo o abandono, na gravidez na adolescência, na depressão entre outros, que Caminha (2000) também enfatiza como sendo responsável por alguns índices de suicídio.

Para que de acordo com Íppolito e Wile (2014) existem ainda as situações de violência em que a criança e o adolescente preferem manter a omissão como uma alternativa que se sustenta no receio que a vítima possui, de ao tomar uma atitude, comprometer-se excessivamente e de vir a sofrer também, ou mesmo de colocar-se em risco e de se tornar alvo de represálias dos próprios pais através de castigos e outros tipos de violência.

Estes fatores interferem no desenvolvimento da criança e do adolescente vítima de violência, e se intensificam com a omissão da mesma, entendendo que o sigilo sobre a violência é uma das alternativas que a vítima possui por medo que pode envolver a reincidência da violência, ou de fatores como a ameaça de morte da própria família.

De acordo com Oliveira e Madrid (2012) a criança e o adolescente quando vítimas da violência sexual, são na maioria dos casos, usadas pelos abusadores, que muitas vezes são os próprios pais, em troca de dinheiro, de satisfação, violando os seus direitos básicos que algumas vezes são identificados através da apresentação de algumas características que interferem em seu desenvolvimento pessoal como: distúrbios do sono e mudanças comportamentais como: agressividade; dificuldade na concentração e no aprendizado; rebeldia; afastamento dos amigos; desconfiança, principalmente com os mais próximos; tentativas de suicídio e diversas outras características que podem apresentar riscos futuros.

Independente que quem seja o violador, é comum que o comportamento da criança e do adolescente se modifiquem, mas quando este violador é o pai ou um familiar as mudanças tornam-se ainda mais visíveis, em especial na cotidiano do adolescência que em si, já é considerada uma fase biológica em que é considerada natural a existência de conflitos e complexidades, podendo acarretar sérios problemas e traumas que insistem em prejudicá-los

também na vida adulta, inclusive as situações de omissão, mas não só por medo, também por vergonha.

2.3 A CULTURA DA VIOLÊNCIA E A FAMÍLIA COMO PERPETUADORA DO CICLO DO SILÊNCIO

A violência permeia as famílias brasileiras, e as formas como elas se configuram são bastante diversificadas, onde o alvo dessa violência são crianças e adolescentes, se tornando assim algo bastante preocupante, até mesmo por ser casos recorrentes e não haver a realização das denúncias para assim ser realizada as devidas intervenções.

A omissão de denúncias depende de vários fatores que cercam essa vítima, o envolvimento dessa criança ou adolescente com a vítima é algo que dificulta, e o fato também da diferença de idade entre a vítima o agressor, onde o nível de poder sobre ela sem dúvida será maior, sendo assim usada como forma de objeto de prazer, e com isso as marcas deixadas, irão desequilíbrio e incapacidade mental sobre a vítima.

Para Chauí (1985) a violência é uma relação de forças caracterizada num pólo pela dominação e no outro pela coisificação. O pressuposto dessa definição é a ideia de liberdade de Spinoza:

... a liberdade não é a escolha voluntária ante várias opções mas a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. É autonomia. Não se opõe à necessidade (natural ou social), mas trabalha com ela, opondo-se ao constrangimento e à autoridade. Nessa perspectiva, ser sujeito é construir-se e constituir-se como capaz de autonomia numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinantes do que somos e fazemos, mas como o campo no qual o que somos e fazemos pode ter a capacidade aumentada ou diminuída, segundo nos submetamos ou não à força e à violência ou sejamos agentes dela (CHAUÍ, 1985 p.36)

Porém, isso acontece pois é algo que é construído dentro da sociedade e nos âmbitos familiares, onde são muito os casos de violências e poucos são os casos denunciados, onde são vários os fatores que influencia a vítima se comportar de tal forma.

Afirma que o modo como a pessoa reage diante de uma situação traumática depende da capacidade que ela possui em regular os efeitos advindos da situação. Se o indivíduo é capaz de regular os efeitos, é capaz de continuar com certo controle sobre a vida, mesmo depois do trauma. Para o autor, existem pessoas que acreditam que o ser humano é capaz de controlar o trauma (até certo ponto); todavia, este pensamento de um controle total sobre a vida é uma posição decididamente otimista, mas não muito realista (SILVA, 2000).

Como observamos na fala do autor, a revelação da denúncia após a vítima ter sofrido a violência, está ligado diretamente a capacidade que cada indivíduo possui diante das situações vivenciadas, onde está relacionado também aos fatores familiares e sociais, pois sabemos que é algo que para muitas famílias, pode gerar escândalo, portanto a vítima se retrai e tenta viver com as cicatrizes assim deixadas.

Com isso a vítima se recusa a revelar tal situação, pois não encontra meios de manifestar a violência sofrida, ou não se sente bem para falar com alguém sobre tal situação, onde muitas vezes se não encontra em no âmbito familiar um apoio necessário, a escola mostra-se como um lugar ideal para a detecção e intervenção em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Com relação à vítima, pode-se afirmar que o silenciamento diante de uma situação que lhe viola, oprime, envergonha e, muitas vezes, desumaniza, constitui uma reação natural à situação vivenciada, posto tratar-se de um “cidadão em condições especiais de desenvolvimento”, submetido a uma relação assimétrica de poder (física e/ou psicológica) que, muitas vezes, se estende para além do controle e domínio da vítima propriamente dita (CUNHA; SILVA; GIOVANETTI, 2008, p. 283)

Com a perpetuação do ciclo do silêncio, gerasse diversos fatores psicológicos para a vítima, pois se instala a angústia de revelar por temer o agressor ou por não ter o apoio da família após ser revelada a violência sofrida, onde ao temer a revelação, a vítima nega o seu direito de esta entre a sociedade, sem ter medo de que algo possa acontecer novamente, e deixando também que os devidos aparelhos realizem as intervenções necessárias para que assim o agressor seja punido da forma que deve ser.

Observamos assim que o pacto do silêncio leva a vítima a não realizar as denúncias necessárias e com isso a violência contra crianças e adolescentes é um agravante preocupante, pois através desses casos, onde o agressor não é punido como deve ser, a vítima fica à mercê chegando até sequelas físicas e psíquicas e até mais graves consequentemente levando muitas vezes até a morte.

Sentimentos de culpa são corriqueiros entre crianças e adolescentes sexualmente abusadas, sendo a culpa um dos efeitos emocionais mais severos que resultam da interação abusiva, especialmente se esta foi incestuosa e durou por muito tempo. Quanto ao sentimento de culpa, soma-se o dano secundário da estigmatização, devido à acusação por parte dos pais e da família (FURNISS, 1993, p. 145)

É possível afirmar que a criança ou adolescente vítima de violência sexual irá procurar formas de se culpabilizar por tal violência sofrida, pois o agressor se encarrega de fazer isso, e assim é dos muitos outros motivos que leva a vítima a se retrair, pois o medo de não ser ouvida e ser ajudada é maior que a violência sofrida, todavia é algo que ao ser revelado, é

essencial e de suma importância ouvir a criança ou o adolescente e permitir que se expresse ao nível de sua culpa, e o que deve ser transmitido de resposta para ela, é que a culpa não vem dela, e sim somente do agressor, e que ela apenas foi indefesa e teve o seu direito violado.

Contudo, essa escuta deve obter resultados, onde partindo de que a criança e adolescentes devem ser seus direitos garantidos, e se esse direito foi violado, deve ser corrido de forma que devolva a segurança da vítima, pois já que depois do ato ocorrido ela já não será mais a mesma, porém é preciso que ela se sinta protegida, seja por sua família ou por órgãos responsáveis já que seu direito já foi de fato violado.

Afirma que quando uma criança tem oportunidade de revelar este segredo, recebendo crédito e ajuda de profissionais, por exemplo, as manifestações mais notórias desaparecem. Isso faz com que a criança ou o adolescente reencontre o interesse por si, pelos outros e pela brincadeira, ainda que a angústia possa se desdobrar em outras formas de neurose, incluindo diversas fobias: medo do escuro, da solidão; agorafobia; afastamento da família, dos amigos, das pessoas do mesmo sexo. (GABEL, 1997, p.145)

Como podemos observar, a criança e adolescente após revelar a violência sofrida, precisa ser apoiado e incentivado a superar as cicatrizes deixadas, porém não é algo que se transforma rapidamente, é um processo doloroso e demorado, e por isso requer o apoio primeiramente da família, onde é a primeira instância garantidora de direito, e depois dos equipamentos e profissionais responsável que tem como dever intervir de forma positiva na contribuição da recuperação da vítima.

Ao longo do tempo podemos perceber que a figura do patriarca foi sofrendo mudanças, conseqüentemente os modelos e arranjos familiares foram se modificando-se, porém a relação de superioridade para com as mulheres continua a se perpetuar, onde é estabelecido um poder sobre as mulheres e como resultado, um poder maior também sobre seus filhos.

Se, na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano de *jure*. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, espartilhando-as, atando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas, etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade que determina o levantamento de falsas acusações-devassa é a mais comum- contra assassinada. (SAFFIOTI p.106)

No que se refere a violência sexual contra crianças e adolescentes, podemos perceber a cada dia a figura do homem como um ser autoritário de poder, onde são muitos os casos de violência sexual, física e psicológica, onde se perpetua dentro da sociedade por ser algo que

muitas é naturalizado no próprio contexto familiar, e mantido em segredo por ser um incesto, repudiado pela sociedade.

Todavia sabemos que esses casos de violências praticados contra crianças e adolescentes no âmbito familiar, onde essa violência intrafamiliar, é de fato uma das mais difíceis, algo até que causa impacto pois assim como, São João Paulo II afirmou que “o futuro da humanidade passa pela família”, de fato esses casos não deveriam existir no âmbito familiar, onde tal conduta não é tão simples, quando envolve laços afetivos. Tanto para que aconteça revelação por parte da vítima, quanto para a intervenção após ser realizada a denúncia, ou pôr o fato do espaço de tempo do ocorrido.

Tilman Furniss enumera os fatores externos e internos que levam à síndrome do segredo:

[...] a falta de evidências médicas e de elementos para comprovar o abuso sexual infantil, a necessidade de acusação verbal por parte da criança, a falta de credibilidade ao menor, as consequências da revelação, ameaças físicas e psicológicas, distorção da realidade, medo de punição pela ação que participou, a culpa da criança, a negação e a dissociação.¹⁷ (grifo nosso)

As comprovações medicas são provas mais precisas que favorecem a vítima sobre o fato declarado, porem nem sempre dessa forma é revelado a identidade do agressor diante do processo judicial, pois o exame de corpo de delito realizado pode gerar resultados posteriores, com isso resulta repostas negativas para o processo, onde a vítima mais uma vez ira sofrer, pois assim o agressor terá como continuar negando a violação.

Contudo, se faz necessário que aconteça a intervenção dos aparelhos responsáveis para que a vítima tenha apoio e ajuda, já que seu direito já foi violado, onde a mesma não pode ficar vulnerável, podendo continuar sendo alvo do agressor, levando a situação adiante, gerando algo que afete mais ainda a vítima.

Em uma composição criada Por Xuxa (2017) vem tratar da Violência sexual contra crianças e adolescentes, onde relata as faces de dor na terra;

Faces de dor na Terra, Milhões na escuridão, Violência sem razão, Sei que o amor supera, O carinho pode transformar, Quem de nós, Vai secar a lágrima da dor, da dor, Todo o carinho pra sorrir, Toda a verdade pra ajudar, Carinho de verdade pra sentir, Carinho de verdade pra mudar, Deixe uma porta aberta, Pra quem quer recomeçar, Pra quem quer realizar, A força do bem supera, Oportunidade é transformar (...)

Muitas são as dores vividas e não são reveladas, e muitas são reveladas e se tem a ajuda necessária, onde a criança e ao adolescente mais uma vez tem seu direito violado, pois não é fácil aceitar que não pode ser feito nada para lhe ajudar diante da situação vivenciada. Como a música citada a cima podemos observar a escuridão vivenciada por alguém que teve seu direito violado, onde trata das muitas escuridões sofridas, e com isso é preciso que se tenha alguém pronto para lhe ajudar e com isso oferecer um carinho que não constranja, algo sincera que faça com que a mesma se sinta confiante e acredite.

Essa música tem o objetivo de causar impacto e refletirmos a importância do dia 18 de maio, como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Onde os maiores casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, acontece dentro da própria casa, sejam praticados por parentes, amigos e vizinhos das vítimas.

Com isso devemos permanecer atentos com nossas crianças, procurando está presente no seu dia a dia, em casa, nas escolas, nos espaços de interação com seus amigos, para que assim possa ser plantado o diálogo, dialogo com esse que deve ser feito com amor, respeito, sem preconceitos ou julgamentos, para que assim possa ser quebrada qualquer barreira e que não se propague o silencio e o medo.

CAPÍTULO III – ESTUDO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: FOMENTANDO A ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DEFESA DA GARANTIA DE DIREITOS A CRIANÇA E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUA

Neste capítulo, apresentam-se os processos metodológicos para a realização deste trabalho, discorrendo sobre a pesquisa e os objetivos propostos. Sendo assim, as respostas aqui alcançadas são referentes às hipóteses levantadas no início do projeto.

Seguidamente, analisam-se os dados coletados neste estudo. Desse modo refletimos sobre a ação da equipe interdisciplinar do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS de Barbalha/CE no envolvimento do trabalho em rede na articulação e integração com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes vítimas de violência sexual, bem como apresentação e a análise dos dados obtidos.

3.1. ENFOQUE DO PROCESSO DE PESQUISA: RECURSO METOLÓGICO

Na sociedade Brasileira ainda tão marcada de preconceitos, onde a violência sexual contra crianças e adolescentes torna-se argumento de poder, é preciso enfrenta-la no sentido

de compreender e combater a sua raiz, pois notamos que existe de fato uma resistência da sociedade diante dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, quando se trata de reconhecer que tais atos se configuram como crime.

É relevante o aprofundamento da temática por percebermos que ainda há muitas debilidades e falhas dentro do processo da garantia de direitos das crianças e dos adolescentes Vítimas de Violência sexual contra crianças e adolescentes. Diante disso, a pesquisa consiste na procura de preencher as lacunas quanto ao conhecimento, onde o que apresentamos nesse trabalho diz respeito a abordagem que foi demonstrada ao longo da discussão.

A realização desse estudo se concretiza diante de uma pesquisa composta por diversas etapas, entre elas, a elaboração da metodologia ou do processo metodológico. Este é responsável por aglutinar meios para que se alcancem os objetivos do estudo que tem como finalidade identificar a atuação profissional do assistente social frente à violência sexual de crianças e adolescentes, por ser uma problemática que envolve várias Políticas Públicas.

Onde a pesquisa bibliográfica é aquela que se configura na tentativa de explicar um problema a partir das teorias publicadas em diversos tipos de fontes. Esta é desenvolvida através de materiais acessíveis ao público em geral e que norteiam o desenvolvimento de novos trabalhos científicos, sendo este um instrumento bastante seguro e que pode ser desenvolvido em diferentes etapas, assim como mostra Gil (2002): “qualquer tentativa de apresentar um modelo para o desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica deverá ser entendida como arbitrária. Tanto é que os modelos apresentados pelos diversos autores diferem significativamente entre si” (GIL, 2002, p. 60).

O método dialético de Marx, é de grande relevância pois exerce um papel na discussão do significado e da relevância dos conceitos de investigação e exposição enquanto momentos que o constituem, onde com isso necessita de uma técnica de intervenção e um estudo sobre o que se quer trabalhar e não construir respostas que não sejam concretas, para isso é preciso que se busque entender todos os fenômenos existem dentro do contexto o qual procura ser estudado.

Apropriamos também do estudo de campo que é um tipo de pesquisa que procura o aprofundamento de uma realidade específica. É, basicamente, realizado por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes que captam as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade. VENTURA (2002).

Tendo como objetivo analisar o impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes observados por meio da equipe multidisciplinar, a partir da rede de proteção social que compõe o sistema de garantia de direitos na busca de mecanismos que promovam, e controlem a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, vítimas de violência sexual.

Com isso, foi construída com base em método qualitativo e natureza bibliográfica mediante a análise de conteúdos já publicados sobre a referida temática, sendo realizada ainda através do levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa.

Para Martinelli a pesquisa qualitativa é:

[...] plena de intencionalidades, busca objetivos explicitamente definidos. No momento em que estabelecemos o desenho da pesquisa, em que buscamos os sujeitos que dela participarão, estamos certamente apoiados em um projeto político singular que se articula a projetos mais amplos e que, em última análise, relaciona-se até mesmo com o projeto de sociedade pelo qual lutamos. (1999, p. 26)

Diante do exposto, podemos afirmar que o que apresentamos no que se refere aos sujeitos da pesquisa contribui diretamente para que possamos compreender a problemática levantada em um contexto mais amplo, fazendo sendo estudado toda a totalidade e os fenômenos existentes.

Ainda de acordo com Martinelli, é importante destacar que a pesquisa qualitativa não se trata de uma pesquisa com grande número de sujeitos, mas que exige o aprofundamento do conhecimento em relação àquele sujeito com o qual estamos dialogando. Nesta perspectiva, não importa o número de sujeitos que vão prestar a informação, “mas o significado que esses sujeitos têm, em função do que estamos buscando com a pesquisa” (MARTINELLI, 1999, p.23).

A população pesquisada abrange a equipe Multidisciplinar do CREAS do município de Barbalha/CE, onde essa equipe de Referência do CREAS é composta por profissionais que compõe essa equipe para que atendam a proteção social especial de média complexidade, formada por dois Advogados, dois Assistentes Sociais, dois Psicólogos e dois Orientadores Sociais, no entanto, a entrevista só fora possível ser realizada com quatro destes (dois assistentes sociais e dois psicólogos) os únicos que se colocaram a disposição para responder tais questionamentos.

Referente ao tempo para o desenvolvimento da pesquisa, tivemos entre os meses de agosto e novembro onde esse período se deu o levantamento bibliográfico, leitura e produção escrita, onde a produção do formulário da entrevista aplicado no dia 14 e 20 de novembro, a coleta de dados se deu em dois dias, pois não foi possível para a realização da entrevista para a coleta de dados.

Vale ressaltar que, que foi explanado e entregue Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado, para os entrevistados, onde estava exposto os objetivos da pesquisa e todo o percurso metodológico, para obter as informações necessárias para o estudo. Para ser

apresentado algumas das falas dos profissionais entrevistados, se dá através da utilização de códigos, tendo como objetivo garantir sua identidade, com isso cada profissional terá o nome substituído por o nome de uma rosa.

Quanto as formas e instrumentos de coletas de dados que foram utilizados, destacam-se a entrevista, com formulário contendo perguntas abertas e sendo feito também gravação das falas dos profissionais. A realização da pesquisa consistiu na interpretação, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2005), interpretação é atividade intelectual que procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.

Diante da colocação de Marconi e Lakatos, podemos afirmar que através dos instrumentos assim citados para realização de coleta de dados, são através delas que conseguimos adquirir conhecimento e subsídios necessários para a compreensão e alcance do objetivo traçado no início do trabalho.

3.2. UMA VIAGEM MUSICAL E POÉTICA PARA ESTUDAR A VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

É importante refletir que a criança e o adolescente foram ao longo do tempo vistas como seres incapazes e desvalorizados, na verdade, sem um lugar na sociedade, não eram reconhecidos como sujeito de direito e todos os acontecimentos voltados a este público, era visto de forma natural, pois estes por muito tempo foram considerados como adultos miniaturas.

Diante desse processo histórico, entende-se que a violência sexual é um desses fatores que eram naturalizados, entretanto com o advento da Constituição Federal de 1988, crianças e adolescentes passaram a serem reconhecidos enquanto sujeito de direito, sendo estes ainda mais fortalecidos com a criação do ECA.

Neste sentido, como forma de conhecermos sobre este fenômeno que é a violência sexual contra crianças e adolescentes e que tem se expressado de forma alarmante na contemporaneidade, utiliza-se neste momento, de aspectos lúdicos que podem inclusive ser utilizados como forma de trabalhar sobre a referida temática com crianças e adolescentes.

Os aspectos Lúdicos utilizados neste momento foram músicas e poemas, e entre as músicas têm-se “*O Seu Corpo é um Tesourinho*” esta música foi criada como parte de um Projeto de Prevenção e Combate ao Abuso Sexual, ressaltando de que forma os pais devem trabalhar sobre a temática com os filhos, de forma a incentivarem às crianças a contarem aos

pais ou a outras pessoas de confiança caso venha a sofrer violência sexual. Contudo vale ressaltar que esta música trata da prevenção da violação.

O Seu Corpo é um Tesourinho⁶

Filha, o papai tem um assunto muito importante pra conversar com você.
Ahram, sobre o que papai ?

O seu corpo é um tesourinho, tão precioso você tem que guardar,
Se alguém tocar em você, você não pode esse segredo esconder.

Fale pra o papai, conte pra mamãe,
Fale com seu professor,
Se alguém tocou em você e você triste ficou,
Fale para alguém.

Não tenha medo, não guarde segredo, Conte pra alguém,
Não tenha medo, não guarde segredo.

Então você aprendeu filha?
Sim, papai aprendi.

Além da música acima colocada que aborda formas de explicar a violência sexual enquanto um crime que deve ser prevenido enfatiza aos pais, que esta prevenção deve iniciar dentro da família, considerando que muitas vezes a violência ocorre dentro do próprio núcleo familiar, tendo como agressores os pais ou pessoas muito próximas.

De acordo com Queiróz (2001) a violência sexual pode ser evidenciada de várias formas e apresentar-se em muitas maneiras diferenciadas de expressão, como: estupro, incesto, atentado violento ao pudor, de acordo com a conceituação jurídica; abuso sexual e exploração sexual.

É importante conhecermos todas essas formas de violência para que saibamos como buscar estratégias para trabalhar a prevenção e combate, bem como, meios de esclarecermos a

⁶ Disponível em:

https://br.video.search.yahoo.com/yhs/search;_ylt=AwrEeCsPJtldbGwA6BMf7At.;_y=X3oDMTByMjB0aG5zBGNvbG8DYmYxBHBvcwMxBHZ0aWQDBHNIYwNzYw?p=O+Seu+Corpo+é+um+Tesourinho&fr=yhs-avast-securebrowser&hspart=avast&hsimp=yhssecurebrowser

sociedade que a violência não é apenas aquela que deixa marcas visíveis, mas as marcas que não são vistas atingem muito mais as vítimas, causando-lhes transtornos para uma vida inteira.

Como forma de afirmar as colocações realizadas de forma lúdica, tem-se a seguir, trechos do poema “**Anjos caídos**” que tem como autor Leandro Mendes, o referido poema cita a criança como um anjo, sujeito sem maldade, que cai pela falta de respeito, de amor, de acolhimento e de cansaço por tanta negligência, por isso ficam machucados, feridos. De acordo com o poema, muitas vezes até a família se omite, finge que não ver e enquanto isso as vítimas sofrem, sofrem momentaneamente e sofrem com as consequências que os perseguem uma vida inteira.

A seguir, trechos do poema:

Anjos caídos⁷

...É explorado, usado, ferido
E continua, sem ajuda ou atenção
Alguns olham com desprezo
Outros com excessivo desejo

Alguns passam e fingem não ver
Outros se deliciam em ver
Alguns protestam e nada fazem
Outros se calam, usam, abusam

Ignorância? Pobreza? Decepção!
Inadmissível ver pais de família
Terem prazer com a prostituição
Em suas casas fãs da demagogia
E na estrada abusam da pedofilia...

Conforme visível no poema acima, a negligência é muitas vezes a porta de entrada para outras violências, sejam elas dentro ou fora da família, pois muitas vezes a sociedade torna-se alheios aos sofrimentos, por isso a omissão, pode ser também considerada crime diante da gravidade que esta pode ocasionar.

Trazendo uma discussão acerca desse contexto, Barros e Suguihiro (2005) colocam o cenário social e a história de grupo familiar como elementos que implicam diretamente no fenômeno do abuso e violência sexual e deve ser analisados com profundidade como forma de combate às diferentes formas de violência. Os fatores que envolvem a violência que integram

⁷ Disponível em: <https://leandromendespoeta.blogspot.com/2011/12/anjos-caidos.html>

o cotidiano de muitas famílias são permeadas pela realidade social que se sustenta pela lógica dominante.

Outra música que apresenta este tipo de violência de forma lúdica é “Pedofilia” uma música do grupo titãs que aborda sobre os relatos de uma vítima de violência sexual, acerca de como tudo teria ocorrido. A música aponta que muitas vezes o violador chega até a vítima como uma pessoa boa, que já mais lhe causaria mal, geralmente pessoas confiáveis, fazendo com que muitas vezes a criança seja atraída por presentes e não compreenda a violência como algo ruim, e após sofrê-la esta passa a apresentar diferentes comportamentos e sentimentos que lhe causam consequências para a vida inteira.

Pedofilia⁸ (Titãs)

Ele disse: 'eu tenho um brinquedo
Vem aqui, vou mostrar pra você'
Ele disse: 'esse é o nosso segredo
E ninguém mais precisa saber'

'Eu não vou te fazer nenhum mal', ele disse
E então me pegou pela mão
Ele disse que era normal, que pedisse
E eu não tinha porque dizer não

Não sou eu mais em mim
Não sou eu mais
Sou só nojo de mim
Só nojo, por dentro

Não sou eu mais em mim
Não sou eu mais
Sou só nojo de mim
Só esquecimento

Percebe-se de acordo com a canção que após sofrer violência sexual a vítima passa muitas vezes a não mais se reconhecer, a sentir nojo de si e do violador e muito mais que isso, internaliza consequências que vão muito além de aspectos físicos, envolve diretamente aspectos psicológicos que acabar por se tornar os maiores agravantes, sendo estes capazes de intervirem diretamente no desenvolvimento das vítimas.

Via de regra, uma criança e/ou um adolescente que sofre violência sexual convive com o problema por longo período de tempo, antes que possa ser revelado. As ameaças reiteradamente exercidas pelo violentador fragilizam a criança e/ou adolescente, pois os mesmos se sentem incapazes de responder ao poder físico e emocional do adulto, produzindo medo, isolamento e solidão. (BARROS E SUGUIHIRO, 2005, p 02)

⁸ Disponível em: <https://www.vagalume.com.br/titas/pedofilia.html>

Sobre essas consequências que acarretam profundas influências negativas para o desenvolvimento das vítimas sejam crianças ou adolescentes, a música “**Camila, Camila**” do grupo Nenhum de Nós, afirma como uma adolescente de 17 se sentia após ser vítima de violência sexual, destacando que o violador também seria uma pessoa próxima, o qual todos os dias ela desejava que fosse embora.

Camila, Camila⁹
(Nenhum de Nós)

Depois da última noite de festa
Chorando e esperando amanhecer, amanhecer
As coisas aconteciam com alguma explicação
Com alguma explicação
Depois da última noite de chuva
Chorando e esperando amanhecer, amanhecer
Às vezes peço a ele que vá embora
Que vá embora oh
Camila, Camila
Eu que tenho medo até de suas mãos
Mas o ódio cega e você não percebe
Mas o ódio cega
E eu que tenho medo até do seu olhar
Mas o ódio cega e você não percebe
Mas o ódio cega
A lembrança do silêncio daquelas tardes
Daquelas tardes
A vergonha do espelho naquelas marcas
Naquelas marcas
Havia algo de insano naqueles olhos,
Olhos insanos
Os olhos que passavam o dia a me vigiar, a me vigiar oh
Camila, Camila, Camila
Camila, Camila, Camila
E eu que tinha apenas 17 anos
Baixava a minha cabeça pra tudo
Era assim que as coisas aconteciam
Era assim que eu via tudo acontecer
E eu que tinha apenas 17 anos
Baixava minha cabeça pra tudo
Era assim que as coisas aconteciam
Era assim que eu via tudo acontecer
Camila, Camila, Camila
Camila, Camila, Camila

Compositores: Carlos Eduardo Filippou Stein / Sady Jr. Homrich / Thedy Rodrigues Correa Filho

⁹ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/nenhum-de-nos/28024/>

Letra de Camila, Camila © Universal Music PublishingGroup

Camila era uma adolescente de 17 anos que sofria violência sexual todas as tardes, e que desejava a todo momento livrar-se daquela situação, esperava amanhecer e anoitecer na esperança de fato um dia iria acontecer. Camila buscava uma explicação, mas não encontrava, a violência estava imbricada nas manchas pelo corpo ou mesmo no olhar refletido no espelho, Camila sentia medo, baixava a cabeça e sentia ódio.

Muitos são os casos existem que podemos associar a Camila, como a música que vem trazendo claramente as dores sofridas pela a vida, onde a mesma queria uma explicação por esta inserida naquele contexto, e assim o silencio a dominava, frente a esse caso podemos afirmar que é preciso que aconteça as intervenções necessárias onde Azevedo (2007) vem contribuir expondo três compromissos básicos de um profissional. Primeiro é preciso acreditar na palavra da criança ou do adolescente; segundo é preciso proteger a vida da criança ou do adolescente; e terceiro, é preciso ter compromisso com a criança e com o adolescente.

Com isso quanto a vítima consegue revelar a violência sofrida, onde pode contar com o apoio da família e assim encaminhar o caso para os equipamentos necessário, podemos então analisar como algo que de fato não pode ser esquecido, mas pode ser trabalhado, onde a vítima será em primeiro caso ouvido e assim ser acompanhado como de fato tem que ser, através de promoção de políticas públicas recebendo o acompanhamento mesário, conseguindo assim amenizar o trauma vivido.

3.3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS: UM ESTUDO JUNTO A REDE DE PROTEÇÃO E O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS PARA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NO CREAS BARBALHA - CE

As provocações para a construção de uma reflexão e análise dos os resultados e discussões acerca da política de atendimento especializado às vítimas de violência sexual infanto-juvenil através da equipe técnica do CREAS de Barbalha/CE foram orientados pelo seguinte objetivo: Analisar o impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes observados por meio do centro de Referência Especializado de Assistência Social em Barbalha/CE.

Diante do contexto, procuramos analisar o atendimento feito pela rede, identificando a realidade de cada entrevistado, procurando principalmente, contribuir para construção de

estratégias metodológicas a partir da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, visando à completude no atendimento.

Quadro I – Gênero - Número de profissionais entrevistados segundo o gênero.

MACULINO	0
FEMININO	4

Quadro II – Idade - Número de profissionais entrevistados segundo faixa etária.

FAIXA ETÁRIA DE 20 À 30	2
FAIXA ETÁRIA DE 39 À 50	2

Quadro III– Grau de Instrução - Número de profissionais entrevistados segundo grau de instrução.

GRADUADO	1
PÓS-GRADUADO	3
MESTRADO	0
DOUTORADO	0
PÓS-DOUTORADO	0

Quadro IV – Área e Tempo de Formação - Número de profissionais entrevistados segundo o gênero.

SERVIÇO SOCIAL	9 E 16 ANOS
PSICOLOGIA	04 e 14 ANOS

Todos os profissionais são do gênero feminino, sendo que duas estão na faixa etária de vinte e trinta anos e as outras duas tem idade entre quarenta e um e cinquenta anos. Vale ressaltar que o recorte de faixa etária dos entrevistados é de suma importância para o entendimento acerca do trabalho realizado pelas profissionais. Segundo Martins (2012), a compreensão da relação entre faixa etária e trabalho, pois isso diz respeito à “[...] formação de valores influenciados pelo contexto histórico no qual foram formados e que são espectros

de comportamentos e posicionamentos diante da prática profissional [...]” (MARTINS, 2012, p. 53).

Podemos afirmar que a formação dessa categoria perpassa por vários conflitos históricos, um deles é a resistência com relação a homens esta inseridos em tais categorias, como o serviço social e a psicologia, pois o que vemos é de fato a naturalização e o reforço da feminização dessas profissionais, onde é vista como profissão para mulheres, sendo que seja qual for qual outra profissão, o que deve se pautar é no exercício prisional é a liberdade e a igualdade social, buscando a efetivação de direitos sociais.

No que se refere à formação, três dos profissionais entrevistados possuem Pós-Graduação, apenas uma não possui especialização, podemos observar também que duas da assistente social e uma psicóloga possuem maiores experiências em suas respectivas áreas, e somente uma psicóloga possui apenas quatro anos, onde a mesma também destacou que por ter pouco tempo de formação ainda não fez nenhuma especialização.

Com isso, ao indagar sobre Como os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes chegam ao conhecimento do CREAS? Quais os procedimentos adotados?

A entrevistada P1 Assistente Social relatou que, “As demandas chegam através de encaminhamentos, vindos do conselho tutelar, do disc 100, da delegacia municipal de Barbalha. O procedimento é a acolhida as famílias, é feita a escuta qualificada social e psicológica e assim encaminha aos equipamentos, que também podem atender, pois no CREAS não trabalhamos a questão da psicanálise, é feito o atendimento psicológico, para registrar a demanda e encaminhamos para devidos equipamentos.”

A entrevistada P2 assistente social disse, “Na sua maioria vem pelo conselho tutelar. Realizamos visitas imediatas procurando resolver da melhor maneira possível o caso.”

A entrevistada P3 psicóloga “Através de encaminhamentos ou denúncias, onde através da demanda, nós fazemos os devidos acompanhamentos.”

A entrevistada P4 psicóloga relatou que “Chegam através de denúncias anônimas e encaminhamentos, com isso fazemos a averiguação e inserção no PAEFI.”

Podemos analisar, o Conselho Tutelar consiste em um órgão responsável pelo recebimento das denúncias. Dessa forma, podemos afirmar que ele é de suma importância para que o trabalho em rede seja efetivado, onde tem condições de oferecer subsídios aos demais órgãos para a execução de suas funções, no tocante à problemática abordada.

Diante disso, reitera-se que a integralidade do atendimento à violência sexual, por meio da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, visa transformar práticas desconexas em processos interventivos integralizados e concretos em que se estabelecem relações sócio-institucionais comprometidas com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes. Portanto, para a efetivação da integralidade deve-se reconhecer que “a complexidade da realidade social exige um olhar que não se esgota no âmbito de uma única política social” (JUNQUEIRA, 2004, p.25).

A partir da fala do autor, podemos afirmar que são muitos os fatores que envolvem o trabalho de proteção social especial das crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, existindo vários segmentos que podem atuar e contemplar a rede de proteção dessas vítimas.

Diante desse contexto, podemos citar o trabalho dos profissionais que compõem as equipes escolares como constituintes dessa rede de proteção, fazendo com que as políticas sociais assim adotadas no âmbito educacional possam contribuir para o trabalho da assistência social, pois os profissionais da educação, muitas vezes, visualizam os casos por ter certo contato, e muitas vezes se calam e acabam negligenciando o direito daquele sujeito.

Dando continuação a entrevista, perguntou-se, quais são os serviços e atendimentos ofertados pelo equipamento no Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e adolescentes às famílias, às vítimas e aos abusadores?

A entrevistada P1 assistente social relatou que “Geralmente atendemos a família e a vítima, onde é feita a visita domiciliar, o acompanhamento psicológico, encaminhamos para os equipamentos, como delegacia, hospitais, onde aqui não oferecemos um atendimento mais de acompanhamento contínuo, é feito o acompanhamento, mas encaminhamos para o CRAS, para que as crianças sejam inseridas em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculo na tentativa de ressocializar, tentar tirar daquela realidade, onde ela sofreu aquela violência, para que aconteça a reinserção social”.

A entrevistada P4 psicóloga relata que “Existem os grupos de apoio, escuta qualificada, atendendo individual a vítima, realizamos palestras campanha através de rádio e televisão.”

Podemos observar que os profissionais, e outros pertencentes a diversos setores, atuam em prol do atendimento de crianças e adolescentes, que são vítimas de violência sexual. Com isso, podemos concluir que é possível de acontecer o trabalho intersetorial, onde para que isso ocorra, é necessário que aconteça um trabalho de fato de forma integrada e articulada.

As políticas públicas em seu *modus operandi*, privilegiam a centralização de ações e informações, não ampliando seu olhar para a complexidade da violência sexual na

vida das crianças e adolescentes. A fragmentação da atenção obstaculiza o acesso aos direitos, pois focaliza-se em ações paliativas e pontuais, não conseguindo concretizar ações conjuntas para a construção de redes municipais. (VIEIRA, 2013, p.101-102).

Afirma-se, que a completude do atendimento também diz respeito de fato as ofertas de serviços públicos de qualidade à população, não trabalhando de forma superficial, individualizado e hierárquico, onde a fragmentação dessas políticas acarreta na fragilização e, conseqüentemente, na revitalização das crianças e adolescentes.

Com tudo, construir ações efetivas no âmbito da promoção, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes requer da equipe de profissionais do CREAS um articulação e integração mais efetiva com todos os sujeitos que atuam na rede de proteção, pois essa garantia direitos não depende apenas dessa equipe e sim de todos os órgãos que lutam em prol da defesa intransigentes dos direitos sociais.

Em seguida fora perguntado, é garantido capacitação a equipe multidisciplinar? Sim () ou Não () E qual a relevância destes para sua atuação profissional?

A entrevistada P1 assistente social respondeu “Nós temos sim capacitação, inclusive esses dias em fortaleza tivemos um encontro, onde teve como tema a escuta qualificada, e o depoimento sem danos, e já tiveram outros esses anos, onde sempre buscamos está presente nesses momentos.”

A entrevistada P2 assistente social relatou “estamos sempre em constante qualificação, onde é muito importante essas capacitações, pois é assim que vamos nos qualificando, afunilando o trabalho, mostrando que juntos conseguimos bons resultados.”

A entrevistada P3 psicóloga “Temos capacitação, pois precisamos está em constante formação, e são importantes, pois precisamos está sempre preparado para receber as demandas, que nos for posta.”

A entrevistada P4 psicóloga respondeu “Sim, e é bastante significativo e de suma importância, para a atualização e reciclagem dos profissionais.”

Na fala dos profissionais, podemos notar que é garantido sim a capacitação para toda equipe, onde acontece de forma que abrange todos os profissionais e essa qualificação se dá muitas vezes por conferencias, cursos, reuniões e muitas delas também dentro do próprio equipamento, pois assim como foi relato pelo os mesmos, até mesmo quando se reúnem para

resolver os casos de demandas recebidas é um momento de capacitação, pois é quando acontece a troca de saberes.

A Política Nacional de Educação Permanente foi aprovada pela **Resolução CNAS nº 04/13** orientando a construção de conteúdos para processos formativos com base no reconhecimento dos saberes já construídos nas práticas profissionais, partindo de situações concretas vivenciadas pelos trabalhadores do SUAS. Tais saberes são ampliados a partir da disseminação de conhecimentos científicos e da troca de experiências. (BRASIL, 2013 P.21)

Essa capacitação dos trabalhadores do SUAS visa à inserção, melhoria e ampliação da sua capacidade laboral frente aos desafios cotidianos da gestão e das demandas recebidas, onde essa capacitação deve acontecer de fato de forma contínua, buscando sempre capacitá-los para assim conseguir responder as demandas que lhes postas, e assim proporcionado a articulação para o trabalho do CREAS.

Seguindo com a entrevista, perguntou-se, frente as demandas recebidas, há algum levantamento de dados de casos resolvidos, bem como de avaliação periódica das políticas de atendimento?

A entrevistada P1 assistente social responde “Temos o controle de dados, registros que facilitam o acompanhamento, onde fica no PAEFI todos os registros de acompanhamento.”

A entrevistada P2 assistente social relata que “Todos os profissionais tem acesso a esses dados, onde automaticamente logo a ser analisado em primeira instância é o PAEFI, onde também acontece o registro de ocorrência, tanto no PAEFI quanto na recepção, pois tudo que chega ao equipamento é feito um registro.”

A entrevistada P3 psicóloga “Temos sim, são informações que temos registradas, pois é através delas que fazemos os devidos acompanhamentos.”

A entrevistada P4 psicóloga diz que “A avaliação periódica das políticas existe com relação ao desfecho dos casos, e assim todas as informações fica registrado no PAEFI.”

Podemos afirmar, que os acompanhamentos acontecem de forma que os registros dos casos recebidos e resolvidos, ficam no PAEFI, onde todos os profissionais tem acesso, e com isso possibilita o acompanhamento e assim quando houver próximas avaliação os mesmos tem o controle de tudo que já foi feito com essa demanda.

Uma rede forte, e atuante no município é garantia da realização: De um atendimento qualificado; De um plano de qualificação e requalificação profissional para um efetivo trabalho interdisciplinar; De um orçamento municipal que prioriza as problemáticas relativas à infância e de um plano de ação detalhado e pactuado entre os vários setores sociais. (SANTOS, 2009, p. 90).

Com base no autor e analisando todas as informações que os profissionais relatam, é possível afirmar que, o desenvolvimento do trabalho em rede é de fato essencial para assim termos sucesso na resolução dos casos, onde trabalhando de forma qualificada e atuando com interdisciplinaridade, sem dúvida a equipe conseguiu frente as políticas públicas, a efetivação de direitos dos assistidos.

Em seguida fora perguntado, como se dá a atuação multidisciplinar e interdisciplinar, diante das demandas postas ao equipamento? este trabalho acontece de forma integrada e articulada?

A entrevistada P1 assistente social relata que “Sim, nós temos hoje no equipamento 3 assistentes social, 2 psicólogo, 2 advogados, e nós trabalhamos sim de forma interdisciplinar, quando são feitos os atendimentos, fazemos sempre a articulação necessária, onde criamos um vínculo, que um pode sempre contar com o outro., para que possamos nos ajudar.”

A entrevistada P2 assistente social diz que, “Acontece sim a atuação multidisciplinar e interdisciplinar, onde todos os casos que recebemos passa por toda a equipe, onde assim possa ser feito os devidos encaminhamentos, onde fazemos a discussão equipe, toda decisão é tomada em equipe.”

A entrevistada P3 psicóloga relatou que “A atuação se dá de forma integrada e articulada, onde conseguimos fazer os encaminhamentos e resolver os casos, todos em equipe.”

A entrevistada P4 psicóloga responde que “Acontece sim o trabalho multidisciplinar se dando de forma integrada e articulada, onde fazemos as visitas domiciliares e os devidos encaminhamentos para a rede socioassistencial e atendimento em equipe.”

Trabalhar em rede, buscando materializar a interdisciplinaridade e a intersetorialidade como premissas do trabalho social de enfrentamento à violência sexual, exige “reconhecer que todos os indivíduos e organizações são dotados de recursos, de capacidades, de possibilidades e que, também, são possuidoras de fragilidades, de carências e limitações” (MOTTI; SANTOS, 2010, p.109).

Diante do exposto, podemos dizer que esse fortalecimento de ações que promovem a articulação entre os profissionais do CREAS e as demais redes de apoio, é essencial para que se amplie o olhar para as situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, alcançando e efetivando os direitos da vítima e de sua família.

Em seguida, perguntou-se, quais são as maiores limitações e desafios encontrados pela Política de Assistência Social, em especial pelo CREAS Barbalha na efetivação dos direitos voltados ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes?

A entrevistada P1 assistente social relata que “A aceitação do público são um dos paradigmas mais enfrentados, onde falam que não vão precisar ou que não precisam dos serviços do equipamento, chegando até mesmo diminuir o trabalho dos profissionais, e assim se torna bastante difícil essa questão, limitação é mais uma questão governamental, mas não tão a nível municipal, mas federal até pelo falo de sermos tão apontados e não sermos mais vistos enquanto profissionais, por condição melhores de trabalho.”

A entrevistada P2 assistente social diz que “A questão da divulgação e da ênfase a essa divulgação, pois muitas pessoas a pesar de se ter trabalhos e informações, como sempre fazemos o 18 de maio na ruas, nas escolas, nas comunidades, e sempre fazemos divulgação do órgão, não sabem da existência, e muitas vezes conhece mas não acha que vai necessitar ou até mesmo se nega aos serviços, não dá importância.”

A entrevistada P3 relata que “A negação que os assistidos tem com relação aos acompanhamentos que necessitam.”

A entrevistada P4 psicóloga, responde que “O único desafio encontrado é a não aceitação da própria vítima ao tratamento e também a negação da família, pois isso é resultado da falta de informação, que muitas vezes até os outros equipamentos deixam a desejar, desconhecendo o trabalho do CREAS.”

Com base no que foi respondido pelo os profissionais, concluímos que apesar de existir algumas dificuldades diante das políticas públicas, podemos afirmar que o maior impasse dentro do equipamento é a não aceitação dos assistidos e das famílias dos mesmos, onde acabam se desfazendo dos serviços ofertados se negando que seja feita as devidas intervenções pelos profissionais.

A intersetorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de programas e serviços integrados e a superação da fragmentação da atenção pública às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes políticas sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais (COUTO, YAZBEK, RAICHELIS, 2010: 39).

Com base nos autores citados, podemos afirmar que, o trabalho de forma articulada entre os profissionais e outras políticas públicas, influenciam de forma direta no enfrentamento frente as demandas recebidas, onde, o relato feito pelo os profissionais, somente a falta de informação dos usuários, e em algumas situações de outros equipamentos, pode assim dificultar a resolução das demandas, pois os mesmos se negam a ser acompanhados, chegando a se desfazerem dos profissionais do equipamento.

Continuando a entrevista, perguntou-se, recebe capacitação permanente para o atendimento de demandas complexas como é o caso de abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes?

A entrevista P1 assistente social, respondeu que “Sim, recebemos sempre capacitação, o município nos proporciona, reuniões periódicas, nós nos reunimos para discursões e troca de conhecimento, então considero um momento bastante relevante.”

A entrevistada P2 assistente social, responde sim “Estamos sempre em constante capacitação, seja externa promovida pelo estado, por promotoria, município, ou dentro do CREAS, e sempre quando surge algum curso para capacitação, nós fazemos com que todos participem, e quando não é possível, passamos sempre para os outros colegas.”

A entrevistada P3 psicóloga, relatou “Recebemos sim, temos capacitações, tanto internas quanto externas.”

A entrevistada P4 psicóloga, diz que “Sim, estamos sempre nos capacitando, procuramos participar ao máximo dos encontros, conferências e capacitações dentro do equipamento.”

Com isso podemos analisar que, os mesmos possuem capacitação contínua e que é de suma importância para atuação dos profissionais, onde com isso os mesmos procuram sempre estar capacitados para receber as demandas e assim conseguir efetivar os direitos dos assistidos.

Para que um treinamento possa atender ao objetivo de forma adequada e eficaz é necessário enfatizar o conteúdo e os objetivos. O conteúdo do treinamento deve envolver transmissão de informações, desenvolvimento de aptidões, desenvolvimento ou modificação de comportamentos e atitudes, desenvolvimento de conceitos. O objetivo e a finalidade do treinamento precisam estar claros de maneira a permitir a obtenção dos resultados pré-estabelecidos servindo de ligação a um contínuo desenvolvimento e transformar atitudes em ações. (CHIAVENATO, 2009. Pag 5)

Podemos afirmar que, essa capacitação ela é de suma importância para o processo de formação dos profissionais, onde a equipe irá exercer sua função de forma qualificada, fazendo com que toda a equipe consiga de forma positiva responder as demandas que lhes são postas, onde essas respostas não dependem apenas de preenchimento de fichas e formulários, e sim de um olhar sensível e crítico diante de cada questão social existente, ou seja, edificar respostas com impactos significativos na vida da população usuária requer uma rede de serviços socioassistenciais, onde acolha as vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes e de seus familiares.

Por fim, diante das reflexões feitas frente ao estudo realizado, podemos afirmar que somente a atuação dos profissionais do CREAS, não é suficiente para atender e conseguir responder as demandas de forma positiva, com isso é preciso que os mesmos possam contar com outros equipamentos e sim acontecer o planejamento de ações e formas de mudar a realidade que os usuários estão inseridos, sendo assim com a interdisciplinaridade e intersectorialidade é possível que se construa uma atuação de forma articulada, e assim conseguir efetivar de fato os direitos dos usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo que desenvolvemos consistiu na discussão de políticas sociais no Brasil, tratando assim de questões inerentes ao percurso histórico da construção de direitos da criança e adolescentes no que diz respeito a vítimas de violência sexual, onde apontaremos a importância do atendimento da evolução da legislação concernente a essa temática, pois porventura, são desassistidas perante a sociedade, em seus mais diversos segmentos.

Dessa forma, discorreremos sobre os mais diversos fatores os quais são predominantes quando se trata de criança e adolescentes, trazendo a família que muitas vezes viola o direito dessas vítimas, trazendo também as políticas públicas que por muitas vezes são falhas, chegando a não prove esse direito, e com isso afirmamos que as famílias e os órgãos precisam estar articulados para reparar esse direito que já foi violado.

Nesse contexto, apresentou-se as formas de violência e como as mesmas se configuram, trazendo a violência sexual praticada no âmbito intrafamiliar, trabalhando o patriarcado como um dos fenômenos que fortalecem o ciclo da violência e com isso a cultura da violência e a família como perpetuadora do ciclo do silêncio também são fenômenos predominante diante dos casos de violência sexual.

Diante disso, não podemos deixar ressaltar que, a efetivação e execução de políticas públicas responsáveis por efetivação de direitos, deve ser pautada em uma construção saudável dessa relação entre Família e Sociedade, onde contribui para que fato aconteça o desenvolvimento da rede de proteção e assegure e efetiva o sistema de garantias de crianças e adolescentes.

Contudo, pudemos observar que para acontecer essa efetivação de direitos quando se trata de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é necessário em primeira instância que a vítima consiga revelar tal ato sofrido, e assim possa contar com o apoio dos familiares, e quando esse ato for praticado no âmbito intrafamiliar, a vítima possa contar com a ajuda de

alguém, e frente essas demandas onde o direito já está violado consiga em rede articulasse para garantir o que de fato é de direito.

Nesse sentido, o atendimento do CREAS pode ser de excelência acontecendo assim a articulação de forma adequada, com outros profissionais e assim com outros órgãos contemplação de políticas sociais que dependem da atuação da Educação, Saúde, Segurança, entre outros setores, que possuem agentes públicos que atuam com interesses afins ao do CREAS.

Com isso , conseguimos analisar o impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes observados por meio do centro de Referência Especializado de Assistência Social em Barbalha/CE, sendo possível através do estudo sobre esse equipamento e de visitas para assim ser coletados os dados, onde conseguimos obter resultados positivos ao longo da coleta de dados, buscando compreender sobre como funciona o CREAS, o seu trabalho de acompanhamento das famílias, além de suas dificuldades cotidianas

Apreendemos, também, que o trabalho no equipamento ele acima de tudo consiste em uma equipe multidisciplinar e interdisciplinar, que ao responder as demandas que lhes são postas, não se limitam apenas no preenchimento de fichas e formulários, e sim de um olhar sensível e crítico diante de cada questão social existente, ou seja, procuram edificar respostas com impactos significativos na vida da população usuária requer uma rede de serviços socioassistenciais, onde acolha as vítimas de violência sexual contra crianças e adolescentes e de seus familiares.

Com isso, para que de fato aconteça a efetivação de direitos, é preciso que as famílias, pessoas que possuem contato direto com criança e adolescentes vítima de violência sexual e os órgãos enquanto responsáveis por ser garantidores de direitos, adotem de fato postura de defesa desses direitos que são de direito das crianças e adolescentes e assim lutem em defesa dos mesmos, fazendo com que aconteça a efetivação de direito.

Por fim, que esse trabalho consiga fazer com que aja a reflexão sobre a necessidade de preenchimento de várias outras lacunas ainda existentes e que gere debates e análise sobre essa temática, pois é algo que desde muito tempo vem permeando o contexto histórico, mas ainda precisa ser de fato estudado e feita intervenções para que conseguíamos de fato amenizar os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

Considera-se ainda que o presente estudo servira de base para que aconteça uma futura análise sobre tal problemática, onde é preciso que seja encontrada mais respostas, sendo um assunto que precisa perpassar o cotidiano dos aparelhos que recebem essa demanda assim como CREAS. Assim, visa contribuir para a atuação de futuros profissionais que vão se

inserir nesses equipamentos, assim como os assistentes sociais, que trabalham diretamente com essa expressão da questão social.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, José Wellington Marinho de. Metodologia Científica.[recurso eletrônico]/José Wellington Marinho de Aragão, Maria Adelina Hayne Mendes Neta. **Salvador: UFBA, Faculdade de Educação, Superintendência de Educação a Distância**, 2017.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, A.; GUERRA, A. N. V. **Infância e Violência Doméstica: fronteira do Conhecimento/** Maria Amélia Azevedo, Viviane N. de A. Guerra, (Organizadoras). – 6ed – São Paulo: Cortez, 2001.

AZEVEDO, Josefa Janete de et al. O dono dos corpos, o incesto e a teia da violência doméstica familiar no Brasil. 2019.

AZEVEDO, M. A. GUERRA, V. N de A. Infancia e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento. 6. ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

BARROS, A. S. FREITAS, M. F. Q. **Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores**. Pensando Famílias, 19(2), dez. 2015, (102-114)

BARROS, Mari Nilza Ferrari de Barros. SUGUIHIRO. Vera Lúcia. **ABUSO SEXUAL E VULNERABILIDADE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: da cumplicidade do contexto familiar para o descompromisso social**. 2005.

BRASIL Childhood . **Pela Proteção da Infância: Programa na Mãos Certa**. Disponível em: http://www.namaocerta.org.br/bol_es0106.php.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA**. Brasília, Senado, 1990.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA**. Brasília, Senado

BRASIL. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas /** elaboração de Marcia Teresinha Moreschi – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 377p.

CAMINHA, R. M. A violência e seus danos à criança e ao adolescente. In: AMENCAR (Org). **Violência Doméstica**. 1 ed. Brasília: UNICEF, 2000, v1 , p.43-60.

CARMO, P. C. C. S. MOURA, F. G. A. **Violência doméstica: a difícil decisão de romper ou não com esse ciclo**. Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010.

CEZAR, José Antonio Daltoé. **Depoimento sem Dano: Uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais.** José Antônio Daltoé Cezar- Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

CHIAVENATO, I. *Gestão de Pessoas.* São Paulo: 3ª edição, 2009

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A política nacional de assistência social e o SUAS. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel; SILVA, Maria Ozanira da Silva. *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento.* São Paulo: Cortez, 2010.

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. *Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais.* Belo Horizonte: UFMG, 2008.
FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. *Miniaurélio Século XXI Escolar: O minidicionário da Língua Portuguesa.* 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.** *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2, p. 139144, maio-ago. 2015.

FURNISS, T. *Abuso Sexual da Criança: uma abordagem multidisciplinar.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GABEL, M. *Crianças vítimas de abuso sexual.* São Paulo: Summus, 1997.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. **São Paulo**, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GARCIA, M. F. **A constituição histórica dos direitos da criança e do adolescente: do abrigo ao acolhimento institucional.** 2009.

GOMES, N. P. et al. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul. Enferm.* [online]. v.20, n.4, p. 504-508, 2007.

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 71, ano XIII. Ed. Cortez, São Paulo, 2002.

IPPÓLITO, R. WILLE, R. **A escola como o espaço mais próximo da revelação da violência sexual e o cuidado de crianças e de adolescentes. Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes / organizadores, Benedito Rodrigues dos Santos, Itamar Batista Gonçalves, Gorete Vasconcelos ; (coords.), Paola Barbieri, Vanessa Nascimento – Brasília, DF : EdUCB, 2014.**

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A Gestão Intersectorial das Políticas Sociais e o Terceiro Setor.

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org.). Pesquisa qualitativa: Um Instigante Desafio. São Paulo: Vera Editora, 1999.

MARTINS, EBC. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania** [on line]. São Paulo: Editora UNESP, 2012. Disponível em: <http://books.scielo.org>

MEDEIROS, J. M. M. **As contradições da proteção social para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual intrafamiliar**. Recife, 2013.

MOREIRA, Maria Idenilse. **Acolhimento Institucional e Qualificação profissional: Implicações da medida protetiva na vida do jovem egresso**. VECE. Fortaleza - CE 2013.

MOTA, Ana Elizabeth. et al “As tendências da política de assistência social, o SUAS e a formação profissional” In: **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETO, D. M. **A Constituição brasileira de 1988 e os direitos humanos: garantias fundamentais e políticas de memória**. Revista Científica FacMais, Volume. II, Número 1. Ano 2012/2º Semestre. ISSN 2238-8427.

OBSERVATÓRIO DO TERCEIRO SETOR. **57% dos casos de violência contra crianças ocorrem dentro de casa**. 2018. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/57-dos-casos-de-violencia-contras-criancas-ocorrem-dentro-de-casa/>. Acesso em 14 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, A. G. MADRID, D. M. **Abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes: como o Brasil caracteriza este fenômeno e quais as principais consequências para essas crianças e adolescentes que sofrem este tipo de violência**. 2012.

OSORIO, Luis Carlos. Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PEDERSEN, J. R. Serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes: a busca pela garantia dos direitos da população infanto-juvenil. In: MENDES, L. M.; MARCHEZA, N. A. (Org.). *Expressão de violência e seu enfrentamento no CREAS/Centro de Referência Especializado da Assistência Social*. Passo Fundo: Méritos, 2008. p. 19-37.

PEDERSEN, JAINA RAQUELI **Abuso Sexual Intrafamiliar: Do Silêncio Ao Seu Enfrentamento**. Dissertação de Mestrado, **Porto Alegre, 2010**, Faculdade De Serviço Social Mestrado Em Serviço Social.

PEREIRA, Polyana. **Política Social: tema & questões**. – 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, 2004.

QUEIROZ, K. (2001). Abuso sexual: conversando com esta realidade. In Yves de Roussan (Org.), Centro de defesa da criança e do adolescente. Salvador: CEDECA-BA. Disponível em: <http://www.cedeca.org.br/pdf/abuso_se_xual_katia_quairoz>. Acesso em: 23 nov. 2019.

RIZZINI, I. O. **O século perdido: Raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997

ROMARO, R. A; CAPITÃO, C. G. *As faces da violência: Infância e violência doméstica*: fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

SAFFIOTI, H.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. (coleção polêmica).

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual** / Benedito Rodrigues dos Santos, Rita Ippolito. -- São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SAWAIA, B. B. **Família e Afetividade**: a configuração de uma práxis ético-política, perigos e oportunidades. Família: Redes, laços e políticas públicas/ Ana Rojas Acosta, Maria Amália Faller Vitale (org). 5ª Ed. São Paulo: Cortez: Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais-PUC-SP, 2010.

SIERRA, Vania Morales. **Família**: Teorias e debates. São Paulo, Saraiva, 2011.

SILVA, I. R. *Abuso e trauma*. São Paulo: Vetor, 2000.

SILVA, Rosangela. **Mulher e Poder**: relações de gênero nas instituições de defesa e segurança nacional. Escola superior de guerra. Rio de Janeiro. 2011.

SOUZA, P. A; ROS, M. A. **Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, EDUFSC, n. 40, p. 509-527, Outubro de 2006

WINNICOTT, Donald Woods; SANDLER, Paulo. Tudo começa em casa. 1999.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE I: ENTREVISTA

1- Gênero:

() Feminino () Masculino

2- Idade? _____

3- Grau de Instrução:

Graduado () Pós-Graduação () Mestrado () Doutorado () Pós-Doutorado ()

4- **Área de Formação/Graduação** _____ **Tempo de Formação:** _____

5- Como os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes chegam ao conhecimento do CREAS? Quais os procedimentos adotados?

6- Quais são os serviços e atendimentos ofertados pelo equipamento no Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração sexual de Crianças e adolescentes às famílias, às vítimas e aos abusadores?

7- É garantido capacitação a equipe multidisciplinar? Sim () ou Não () E qual a relevância destes para sua atuação profissional?

8- Frente as demandas recebidas, há algum levantamento de dados de casos resolvidos, bem como de avaliação periódica das políticas de atendimento?

9- Como se dá a atuação multidisciplinar e interdisciplinar, diante das demandas postas ao equipamento? Este trabalho acontece de forma integrada e articulada?

10- Quais são as maiores limitações e desafios encontrados pela Política de Assistência Social, em especial pelo CREAS Barbalha na efetivação dos direitos voltados ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes?

11- Recebe capacitação permanente para o atendimento de demandas complexas como é o caso de abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes?

APÊNDICE II: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Esta pesquisa intitula-se “**Quero carinho que não constrange**”. **O impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes observados por meio do centro de Referência Especializado de Assistência Social em Barbalha/CE.**

Uma mudança de paradigmas. Está sendo desenvolvida pela aluna **Maria Docarmo Rodrigues da Silva** sob a orientação da professora **Jacsa Vieira Caldas**. Tem como objetivo. **Analisar o impacto da violência sexual contra crianças e adolescentes observados por meio do centro de Referência Especializado de Assistência Social em Barbalha/CE.**

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

As informações aqui solicitadas deverão ser respondidas com total veracidade e de forma voluntária e serão codificadas e apresentadas como pesquisa da monografia, e poderão ser apresentados em eventos científicos, mantendo o sigilo e a integridade física e moral do indivíduo. A aplicação consiste em uma **entrevista com 11** perguntas sendo respondidas pelos entrevistados, mantendo a integridade física e moral, sem causar desconforto físico.

Não haverá nenhum ônus para o participante e nos casos que sejam diagnosticados doenças ou situações que demonstrem a necessidade de atendimento específico, não serão de responsabilidade dos pesquisadores e bolsistas, os custos com o tratamento.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, eu, _____ declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Juazeiro do Norte - CE, _____/_____/_____.

Assinatura do Participante da Pesquisa ou Responsável Legal